



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
MARICÁ

**PRODUTO 5: CENÁRIOS DE
DESENVOLVIMENTO**

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MARICÁ

PRODUTO 5

CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Assessoria Técnica do IBAM ao processo de revisão do Plano Diretor de Maricá,
no âmbito do Termo de Contrato nº 125/2020.



Maio, 2021



Prefeitura de Maricá

Fabiano Taques Horta

Prefeito

Diego Zeidan Cardoso Siqueira

Vice-Prefeito

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo – Arquiteto e Urbanista

Coordenador do Grupo Gestor Intersetorial - GIPP e do Grupo Executivo da Secretaria de Urbanismo

GE - SEURB

Grupo Executivo da Secretaria de Urbanismo - SEURB

Adelmo Berty da Silveira Bessa	Subsecretário Assessor Técnico - Arquiteto e Urbanista Fiscalização do Contrato IBAM.	Bruna Machado Barreto	Assessora administrativa Apoio administrativo do Grupo-Executivo ao PDM.
Will Robson Coelho	Assessor Técnico - Arquiteto e Urbanista Setor dos Planos – PDM Fiscalização do contrato IBAM – Gerência Técnica PDU.	Mayara Ribeiro	Assessora Técnica Administrativa – Apoio e Assessoria de Comunicação e Publicidade ao PDM.
Júlio César Ramos	Assessor Técnico – Advogado Setor Jurídico Fiscalização do contrato IBAM.	Matheus Sant'Ana Prado	Estágio supervisionado – Estudante de Arquitetura e Urbanismo Apoio auxiliar técnico PDU, produção de dados e mapeamento
Sandro Coelho Caldas	Assessor Técnico - Arquiteto e Urbanista Setor Licenciamento e Aprovação Mapeamentos.	Mirela de Almeida Alves de Souza	Estágio supervisionado – Estudante do Curso de Administração apoio técnico administrativo.
Mônica Maria Campos	Assessora Técnica - Arquiteta e Urbanista Setor dos Planos – Mobilidade e Alinhamentos.	Mysma de Azevedo Santana	Estágio supervisionado – Estudante de Arquitetura e Urbanismo Apoio auxiliar técnico PDM, produção de dados e mapeamento.
Martha Schmitz	Assessora administrativa Secretaria do Gabinete - Apoio administrativo eventual ao PDU.		

Grupo Intersetorial de Políticas Públicas em Planos Urbanos – GIPP | PURB

Para Apoio à Elaboração, Acompanhamento: Revisão do Plano Diretor Urbano e Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana

(Decreto nº 376/2019 de 03 de setembro de 2019)



Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

Paulo Timm

Superintendente Geral

Alexandre Santos

Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Equipe Técnica de Coordenação:

Ricardo Moraes	Arquiteto e Urbanista Supervisor Técnico	Eduardo Domingues	Advogado Consultor em Direito Urbano Aspectos Jurídicos
Henrique Barandier	Arquiteto e Urbanista Coordenador Geral	Ana Carolina de Souza	Arquiteta e Urbanista Assistente de Coordenação
Jessica Ojana	Arquiteta e Urbanista Coordenadora Adjunta	Giovanna Cavalcanti	Estagiária em Engenharia Ambiental
Bernardo Mercante	Cientista social Mobilização Social	Flavia Lopes	Secretária Apoio Administrativo
Eduardo Rodrigues	Geógrafo Consultor em Geotecnologias		

Consultores Temáticos:

Ricardo Moraes	Arquiteto e Urbanista Mudanças Climáticas	Carlos Enriquez	Engenheiro Drenagem e Gestão Costeira
Luciana Hamada	Arquiteta e Urbanista Clima Urbano, Conforto Ambiental e Eficiência Energética	Victor Zveibil	Arquiteto e Urbanista Meio Ambiente
Inessa Salomão	Economista Des. Econômico	Noêmia Barradas	Arquiteta e Urbanista Patrimônio Histórico Cultural
Alberto Costa Lopes	Arquiteto e Urbanista Habitação	Manuela Scaldaferrri	Turismóloga Turismo
Wallace Pereira	Engenheiro Mobilidade	Andreas Nascimento	Engenheiro Petróleo e Gás
Patrícia Finamore	Engenheira Ambiental Saneamento Básico	Hélio Beiroz	Geógrafo Meio Rural
Karin Segala	Assistente Social Resíduos Sólidos	Luiz Antônio Chaves de Farias	Demógrafo Projeções Populacionais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. VISÃO GERAL DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	10
3. CENÁRIOS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (2021-2031).....	13
4. DESCRIÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	20
4.1 CENÁRIO 1: Estabilidade e manutenção da qualidade de vida	20
4.1.1 Perspectiva macroeconômica	20
4.1.2 Perspectivas setoriais	21
4.1.3 Descrição do Cenário 1.....	22
4.2 CENÁRIO 2: Equilíbrio instável e precarização das infraestruturas	24
4.2.1 Perspectiva macroeconômica	24
4.2.2 Perspectivas setoriais	24
4.2.3 Descrição do Cenário 2.....	26
4.3 CENÁRIO 3: Expansão sustentável do desenvolvimento municipal e urbano ..	28
4.3.1 Perspectiva macroeconômica	28
4.3.2 Perspectivas setoriais	29
4.3.3 Descrição Geral do Cenário 3	30
4.4 CENÁRIO 4: Crescimento insustentável, fragmentação e disputa territorial	32
4.4.1 Perspectiva macroeconômica	32
4.4.2 Perspectivas setoriais	32
4.4.3 Descrição Geral do Cenário 4	34
5. QUESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR	36
6. ANEXO 1- QUADROS TEMÁTICOS DOS CENÁRIOS	38

1. INTRODUÇÃO

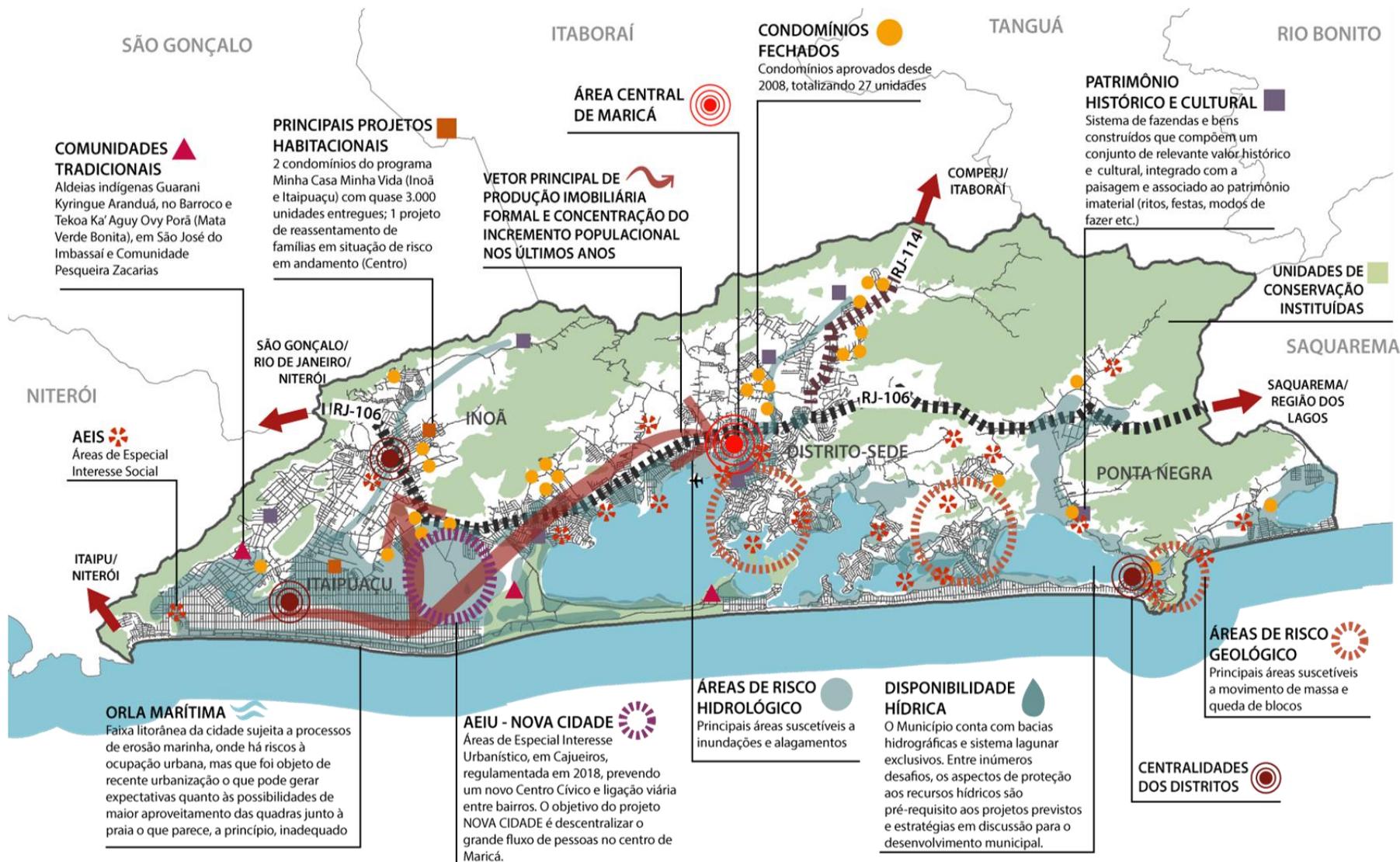
Este documento consiste no quinto produto relativo ao Contrato no 125/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Maricá, por meio da Secretaria de Urbanismo, e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é a assessoria técnica e metodológica ao processo de revisão do Plano Diretor de Maricá. Trata-se de produto dedicado à proposição de “cenários de desenvolvimento”, com objetivo de expressar futuros possíveis para o Município considerando suas condições atuais, potencialidades, oportunidades e riscos.

Esta etapa do processo de revisão Plano Diretor marca a transição da etapa de diagnóstico para a etapa propostas. Dessa forma, o produto aqui apresentado não deve ser compreendido como uma peça isolada simplesmente. Os cenários traçados têm como lastro justamente os produtos anteriores de Diagnóstico Técnico (Produto 3) e de Resultados da Primeira Fase de Audiências Públicas (Produto 4)¹.

Do Produto 3, destaca-se aqui o mapa-síntese elaborado a partir das principais questões temáticas abordadas no diagnóstico. Este mapa representou um esforço inicial de identificação e territorialização dos desafios de Maricá e oferece elementos e referências para a discussão posterior de propostas.

¹ Que incluiu as oficinas comunitárias distritais, as audiências públicas bem como um diagnóstico de percepção social com base em um questionário *online* respondido por 1.570 pessoas e também de questões enviadas pelo canal Fale Conosco do site da revisão do Plano Diretor: <https://www.marica.rj.gov.br/plano-diretor/>.

Figura 1. Mapa síntese do Diagnóstico Técnico (Produto 3)



É a partir das informações técnicas e das visões dos participantes dos debates públicos até aqui realizados que se avança, agora, em visões prospectivas na forma dos cenários. Destaca-se, ainda, que já nesta etapa de construção de cenários foram realizadas cinco oficinas temáticas que aprofundaram discussões em torno de grandes desafios de Maricá que, certamente, serão objeto de propostas na revisão do Plano Diretor. Embora somente o próximo produto consolidará os resultados dessas oficinas, os debates também contribuirão para a finalização deste documento.

Cenários não devem ser confundidos com previsões. São aqui entendidos como referências que podem contribuir para a reflexão sobre os desafios de Maricá, projetando-os no tempo. Expressos em descrições sintéticas, os cenários resultam de processo estruturado de análise de variáveis relevantes, no caso concreto de Maricá, que tendem a afetar seu território no processo de desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, a construção de cenários pretende dar racionalidade às opções para o desenvolvimento municipal e auxiliar na tomada de decisão. Como se verá ao longo deste documento, quatro cenários são aqui traçados. Em síntese, os cenários resultam da combinação de perspectivas de desenvolvimento econômico com a capacidade de gestão municipal, em especial no campo do planejamento urbano e territorial.

A premissa adotada é de que todos os quatro cenários devem ser entendidos como possibilidades, não cabendo propriamente escolher um ou outro, até porque, o futuro de Maricá será moldado também, e talvez até muito fortemente, por variáveis externas sobre as quais o Município tem pouco ou nenhum controle. Tais variáveis são relacionadas a pelo menos três aspectos principais:

- A conformação ou não do Município como *hub* da Bacia de Santos;
- O impacto de eventuais modificações do regime de distribuição de *royalties* e rendas petrolíferas que dão suporte orçamentário às políticas públicas municipais em Maricá;
- As consequências ainda indefinidas da crise sanitária causada pela pandemia do Covid-19.

No espectro das incertezas que cercam o momento de elaboração dos trabalhos de revisão do Plano Diretor de Maricá, não se pode desprezar, da mesma forma e como pano de fundo, os efeitos de tais variáveis sobre as relações metropolitanas e com seus polos principais, a Cidade do Rio de Janeiro e a Cidade de Niterói. Ao chamar atenção para esses aspectos, busca-se reforçar a ideia de que, mais do que o plano, sua gestão e implementação deverão considerar possíveis mudanças nos cenários na hipótese de se configurar eventos que não foram ainda plenamente compreendidos, que são ainda possibilidades não realizadas ou que sequer podem ser antecipados no processo de revisão do plano diretor.

É importante ressaltar que qualquer trabalho da natureza de um plano diretor opera com incertezas. No caso de Maricá, neste momento, no entanto, são destacadas incertezas relacionadas a temas que já permeiam sua realidade e podem também representar impactos

geradores de *'turning points'* ou alterações drásticas imprevisíveis. Assim, espera-se que o plano diretor possa instrumentalizar o Município para lidar com diferentes dinâmicas no território, sendo elas potencialmente mais ou menos impactantes.

A formulação dos cenários em pauta considera, ainda, as interações com os princípios basilares de um plano diretor identificado com os comandos do Estatuto da Cidade, do Estatuto das Metrôpoles e com os compromissos com a inclusão socioterritorial, a sustentabilidade e a resiliência. Nesse sentido, as incertezas dizem respeito aos cenários, mas não à definição das orientações gerais que devem pautar a elaboração e propostas a serem assumidas no plano diretor.

O documento aqui apresentado está estruturado em quatro partes além desta introdução:

- Visão geral dos cenários de desenvolvimento;
- Cenários de crescimento populacional (2021-2031);
- Descrição dos cenários de desenvolvimento;
- Questões para a revisão do Plano Diretor.

Como se depreende da estrutura, após apresentação de uma visão geral dos Cenários de Desenvolvimento, se dedica um espaço para tratar da questão demográfica, mais especificamente das projeções de crescimento populacional. Embora se trate de assunto extremamente relevante, a dinâmica populacional não foi abordada como estruturante dos cenários. Como se verá, o peso das migrações no crescimento populacional de Maricá sugere justamente que as condições de desenvolvimento do Município poderão ter maior ou menor impacto em relação a esses movimentos. E considerando o fato de não ter sido realizado o Censo Demográfico 2020, optou-se por uma postura mais cautelosa em relação a projeções populacionais, baseando-as em tendências traçadas a partir do período anterior, mas sem pretender indicar números associados a conjecturas relativas a cenários futuros. Nesse sentido, as projeções indicadas deverão ser monitoradas no processo contínuo de planejamento à medida em que, com a realização do Censo Demográfico, novos dados populacionais sejam disponibilizados.

Destaca-se também que, após a descrição dos cenários de desenvolvimento, este Produto 5 propõe uma série de questões que deverão ser objeto de discussão na etapa de propostas da revisão do Plano Diretor. O tratamento a ser dado nos temas indicados poderá ser determinante na orientação do município a um ou outro dos cenários propostos ou, pelo menos, na consolidação da visão de Maricá sobre as perspectivas para o seu próprio desenvolvimento.

2. VISÃO GERAL DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

A estruturação dos cenários se deu em torno de duas dimensões principais: as perspectivas de desenvolvimento econômico do Município e a qualidade da gestão municipal. Essas parecem ser as duas grandes chaves, porque se é evidente que as condições orçamentárias atuais de Maricá, impulsionadas pelas rendas petrolíferas, são extremamente favoráveis, observa-se que as novas dinâmicas socioeconômicas no território que se anunciam, ou mesmo que já estão em curso, exigem maior capacidade de gestão, de integração das políticas setoriais, de suporte técnico-operacional. Se é verdade que a preocupação com a governança já faz parte da agenda municipal, parece necessário que o seu aprimoramento permanente seja prioridade na perspectiva de garantir as condições de sustentabilidade do Município.

Os quatro cenários propostos resultam da combinação de situações mais ou menos favoráveis das duas dimensões estruturantes, que poderiam ser entendidas como grandes balizadoras para a formulação das propostas da revisão do plano diretor. Dessa forma, em relação às perspectivas do desenvolvimento econômico, cada cenário foi classificado como “tendencial” ou de “dinamização/diversificação”. Em relação à qualidade da gestão municipal, cada cenário foi classificado como de “boa governança” ou de “fragilidade/incapacidade de planejamento e gestão”, com ilustra a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Enquadramento Geral dos Cenários

		PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
		Tendencial	Dinamização / Diversificação da Economia
QUALIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL	Boa Governança / Planejamento e Gestão	CENÁRIO 1	CENÁRIO 3
	Fragilidade / Incapacidade de Planejamento e	CENÁRIO 2	CENÁRIO 4

Estabelecidos os grandes marcos e partindo da análise da realidade atual de Maricá, expressa nos documentos da etapa de diagnóstico do processo de revisão do Plano Diretor, cada cenário foi caracterizado em cinco aspectos principais:



A análise integrada desses diferentes aspectos permitiu estabelecer com mais objetividade cada cenário vislumbrado, bem como ofereceu as referências para comparação deles. Em linhas gerais, deve-se destacar que os cenários 1 e 2 têm caráter tendencial, ou seja, não considera mudanças na estratégia de desenvolvimento atual. Nesses casos, Maricá tende a seguir seu curso sem mudanças mais radicais, mas, pelo lado da gestão, se vislumbra duas possibilidades – de fortalecimento ou de fragilidade da gestão. Apesar de partirem de pressupostos similares, apontam para resultados distintos em razão das escolhas da gestão pública no que se refere, especialmente, ao uso eficiente das rendas petrolíferas e à própria estruturação da governança municipal.

Os Cenários 3 e 4, por sua vez, são concebidos na perspectiva de dinamização / diversificação da economia e, dessa forma, trabalham as potencialidades, as oportunidades e os riscos para o Município. O cenário 3 apresenta os resultados da boa governança e da implementação de políticas públicas efetivas para ordenamento do território, adotadas tempestivamente, com melhoria das condições de vida da população e da sustentabilidade ambiental urbana. Nessa hipótese, Maricá desenvolve suas potencialidades e aproveita as oportunidades que se apresentam, priorizando as condições de sustentabilidade. O cenário 4 representa o resultado de uma jornada de dinamização econômica seguida da decadência do ordenamento do território, em decorrência do crescimento sem o devido investimento em políticas de promoção da sustentabilidade ambiental urbana e da incapacidade da gestão de orientar e controlar as dinâmicas econômicas no território. Nesse contexto, com a gestão enfraquecida frente às dinâmicas que se impõem sobre o território, Maricá se apresenta de modo mais suscetível aos riscos do desenvolvimento, comprometendo sua qualidade urbana e ambiental.

Cabe observar, ainda, que os cenários não são necessariamente excludentes. Para alcançar o cenário 3, por exemplo, o Município vivenciaria por certo tempo as condições mais próximas daquelas indicadas no cenário 1. Os cenários 2 e 4, que seriam cenários de risco, pois partem da hipótese de que as condições urbanas e ambientais poderão se deteriorar, ainda que em condições econômicas até favoráveis, se impondo em tempo mais longo, sucedendo um período de características mais próximas dos cenários 1 ou 3. Reforça-se, então, a ideia de que nenhum dos cenários deve ser descartado como possibilidade. Embora, evidentemente, o plano diretor deva buscar orientar o Município de Maricá a trilhar os caminhos que possam contribuir para a materialização do cenário 3, que sugere a expansão sustentável do desenvolvimento municipal e urbano. A Tabela 2, a seguir, apresenta uma síntese dos quatro cenários propostos de acordo com os aspectos anteriormente indicados.

Tabela 2. Síntese dos cenários propostos.

	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3	CENÁRIO 4
Visão Geral do Cenário	Estabilidade e manutenção da qualidade de vida	Equilíbrio instável e precarização das infraestruturas	Expansão sustentável do desenvolvimento municipal e urbano	Crescimento insustentável, fragmentação e disputa territorial
Cenário Econômico	Crescimento econômico localizado beneficiado pelas rendas petrolíferas	Crescimento econômico inexpressivo; dependência das rendas petrolíferas	Implantação gradual do <i>hub</i> da Bacia de Santos em Maricá; Dinamização / diversificação da economia	Implantação acelerada do <i>hub</i> da Bacia de Santos em Maricá; dependência da economia do petróleo
Governabilidade Municipal	Organização da administração; utilização adequada das rendas petrolíferas	Desarticulação entre setores da administração; utilização inadequada das rendas petrolíferas	Boa governança municipal e promoção eficaz da sustentabilidade	Incapacidade da gestão de ordenar dinâmicas territoriais; investimentos insuficientes para a promoção da sustentabilidade
Crescimento Populacional	Redução gradual da taxa de crescimento até estabilização	Continuação da elevada taxa de crescimento atual	Aumento da taxa de crescimento com tendência de estabilização em nível elevado	Aumento exponencial da taxa de crescimento pressionada por elevado fluxo migratório
Consequências no Uso e Ocupação do Solo	Promoção gradual da qualificação ambiental urbana; Controle relativo da expansão da urbanização	Agravamento da precariedade da infraestrutura urbana; Descontrole da dispersão urbana	Qualificação da cidade e promoção do bem-estar; Preservação de ativos ambientais e culturais; Controle da expansão urbana	Cidade afetada negativamente por empreendimentos e interesses externos; Acúmulo de passivos ambientais, urbanos e territoriais

3. CENÁRIOS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (2021-2031)

O município de Maricá, sob o ponto de vista sociodemográfico, se enquadra como uma franja metropolitana de expansão populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), em vias de heterogeneização socioespacial de sua ocupação.

Concorre para tal condição o fato de se localizar no eixo de metropolização expandido do estado do Rio de Janeiro, capitaneado pela rodovia RJ-106 (DAVIDOVICH, 2010)². Com isso, Maricá se configura como um dos *cores* da redistribuição espacial da população do Leste Metropolitano. Na RMRJ, nos últimos anos, os núcleos representados pelos municípios de Rio de Janeiro-Niterói tendem à redução da participação relativa de suas populações no conjunto da região, enquanto as periferias e franjas metropolitanas registram aumento de sua participação relativa. Maricá se destaca dentro desse contexto demográfico da RMRJ nas últimas décadas pelo ritmo de crescimento populacional acima da média metropolitana (DOTA e FARIAS, 2018)³.

Quando se destrincha as componentes que sustentam tal crescimento nos últimos anos, observa-se que a migração possui o maior peso. Isso porque, para as demais componentes demográficas que potencialmente poderiam determinar o crescimento demográfico (fecundidade e mortalidade diferencial em relação aos demais municípios metropolitanos), verifica-se um quadro de convergência com as outras municipalidades metropolitanas, principalmente quanto ao aumento da esperança de vida ao nascer, à diminuição da fecundidade e à redução da mortalidade infantil (OLIVEIRA e SILVA, 2015)⁴.

De fato, a tendência em questão pode ser comprovada com os dados de crescimento populacional, confrontados com as estatísticas vitais nas três últimas décadas, onde se pode atestar o grande e crescente peso da migração sobre o crescimento populacional de Maricá: 1991/2000 =>53,93%; 2000/2010 => 67,37%; 2010/2019 => 80%.

Ressalta-se que a migração estava, majoritariamente, vinculada a movimentos de cunho intrametropolitano. No quinquênio 2005-2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, o saldo migratório (imigração – emigração) foi positivo para 17.786 pessoas para

² DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: O Urbano Metropolitano. Hipóteses e Questões. Geo UERJ – Ano 12, nº. 21, v.2, 2º semestre de 2010.

³ DOTA, E. M. ; FARIAS, L. A. C. . Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Dinâmica Demográfica e socioespacial no Brasil metropolitano: convergências e especificidades regionais. 1ed.São Carlos: EDUFSCAR, 2018, v. 1, p. 67-96.

⁴ OLIVEIRA, R.A.D. e SILVA, E.T.. Transformações demográficas: movimentos de população no território. In: Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana / organização e coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

modalidade migratória intrametropolitana, enquanto apenas 456 e 919 pessoas para as modalidades intraestadual e interestadual, respectivamente.

Atesta-se, a partir do cenário demográfico correspondente ao período que precede o horizonte temporal a que se quer projetar – os próximos dez anos –, que qualquer projeção ou estimativa populacional para o município de Maricá passa por conjecturar hipóteses para migração. Ao contrário de outros municípios, onde as demais componentes possuem maior peso sobre o crescimento, em Maricá, mesmo tendencialmente, a migração possuirá maior participação relativa.

Essa característica leva a uma dificuldade para a realização de projeções populacionais para o município. Em realidade, como a migração tende a ser a principal componente do crescimento populacional, tende-se a maior imprecisão das projeções, caso não seja considerada nas estimativas. Nesse sentido, a não realização do Censo Demográfico em 2020 contribui para dificultar ainda mais a calibração das estimativas populacionais, pois é o único levantamento estatístico que trabalha mais detalhadamente a migração a nível municipal. No entanto, as incertezas quanto à realização do Censo Demográfico mesmo em 2022 sugerem que o município deva trabalhar seu planejamento consciente dessas limitações e ajustá-lo, se for o caso, à medida que informações censitárias sejam atualizadas.

Em todo caso, a migração, enquanto componente demográfica, caracteriza-se pela imponderabilidade, em razão de sua maior sensibilidade às conjecturas socioeconômicas que possam ocorrer no futuro, em comparação com outras componentes (natalidade e mortalidade). Logo, fora a tendência esperada de manutenção de fluxos migratórios de cunho intrametropolitano para o município, dado o ainda grande “potencial endógeno de redistribuição espacial da população” da RMRJ, qualquer outra conjectura de aporte migratório para o município é inviável de ser mensurada com precisão.

Assim, para o exercício de projeção populacional para o horizonte de até 10 anos a contar da presente data, foram considerados as condicionantes a seguir identificadas. A primeira é o que se chama de “potencial endógeno de redistribuição espacial da população na RMRJ” (DOTA e FARIAS, 2018)⁵. Mesmo diante da conjuntura sociodemográfica de redução do volume dos fluxos migratórios de longa distância, redução da fecundidade, o crescimento de municípios de franja metropolitana, como Maricá, ainda seria sustentado no futuro pela grande quantidade de população remanescente nos polos e subpolos metropolitanos que potencialmente pode migrar para lá.

Tais movimentos migratórios estariam associados ao preço do solo urbano relativamente mais caro no núcleo metropolitano (Niterói/Rio de Janeiro), o que poderia, por exemplo, atrair famílias mais jovens, em fases menos avançadas do seu ciclo de vida, que ainda não tiveram o tempo de acumular muitos ativos. Além disso, o fato de Maricá oferecer mais opções de moradia

⁵ DOTA e FARIAS, *op. cit.*

pela disponibilidade de lotes vazios em zonas de expansão já parceladas pode também contribuir para facilitar tais movimentos. A contiguidade socioespacial observada entre São Gonçalo e Maricá, ao longo do eixo da RJ-106, abarcando os bairros de Arsenal e Inoã, respectivamente, concorre para ilustrar essa dinâmica de articulação metropolitana, que possui Maricá como local privilegiado de aporte populacional. Não por acaso, o município registrou um saldo migratório positivo de pouco mais de 7.500 pessoas com São Gonçalo, no quinquênio 2005-2010. Outra ordem de condicionantes que pode ter efeito sobre a intensificação ou não do crescimento populacional de Maricá, seria a concretização ou não dos “investimentos estruturantes” propostos para o município e em diferentes estágios de elaboração ou decisão de implementação. Nesse caso, a carga migratória aumentaria não apenas respaldada pelos tendenciais movimentos migratórios intrametropolitanos, mas potencialmente por movimentos de mais longa distância. Vide o que ocorreu com Itaboraí mais recentemente ou em Macaé há mais tempo.

Ademais, o disciplinamento da ocupação via principalmente legislação urbanística, urbanização e provimento de moradias, a depender da perspectiva seguida pelo poder público, pode, por efeito, favorecer a migração de grupos sociais mais específicos. Fato este que tanto pode redundar no arrefecimento dos fluxos migratórios (caso, por exemplo, a legislação urbanística seja mais restritiva), ou mesmo, em sua intensificação, por exemplo, através da instituição de programas de moradias populares mais abrangentes.

O exercício aqui proposto para a realização de estimativas populacionais para o horizonte temporal considerado, período 2021 a 2031, lançou mão do método AIBI e sua variante logística⁶, na perspectiva de produzir dois cenários. Ambos tiveram como base a extrapolação do que foi observado na última década para o município, 2010 a 2020.

O Cenário A de crescimento populacional é tendencial, gerado a partir da aplicação do AIBI, onde o crescimento relativamente ainda intenso, tende ao arrefecimento (Gráfico 1 e Tabela 3), ficando o volume populacional ainda abaixo do patamar de 200.000 habitantes no município. A Taxa de Crescimento médio anual (Tabela 4) refletiria a tendência de queda no ritmo e na intensidade do crescimento populacional verificada nas últimas décadas, ficando em 1,17% ao ano.

⁶ O método Apportionment Method (AiBi) (WALDVOGEL, 1997) modula a projeção populacional em função da dinâmica populacional projetada para uma área maior. Para esse caso, é levada em consideração a intensidade de crescimento (taxa crescimento) da área maior (dois pontos no tempo + projeção) e das áreas menores (dois pontos no tempo), além da representatividade do tamanho populacional das áreas menores em relação à área maior.

No método AiBi é utilizada a seguinte equação:

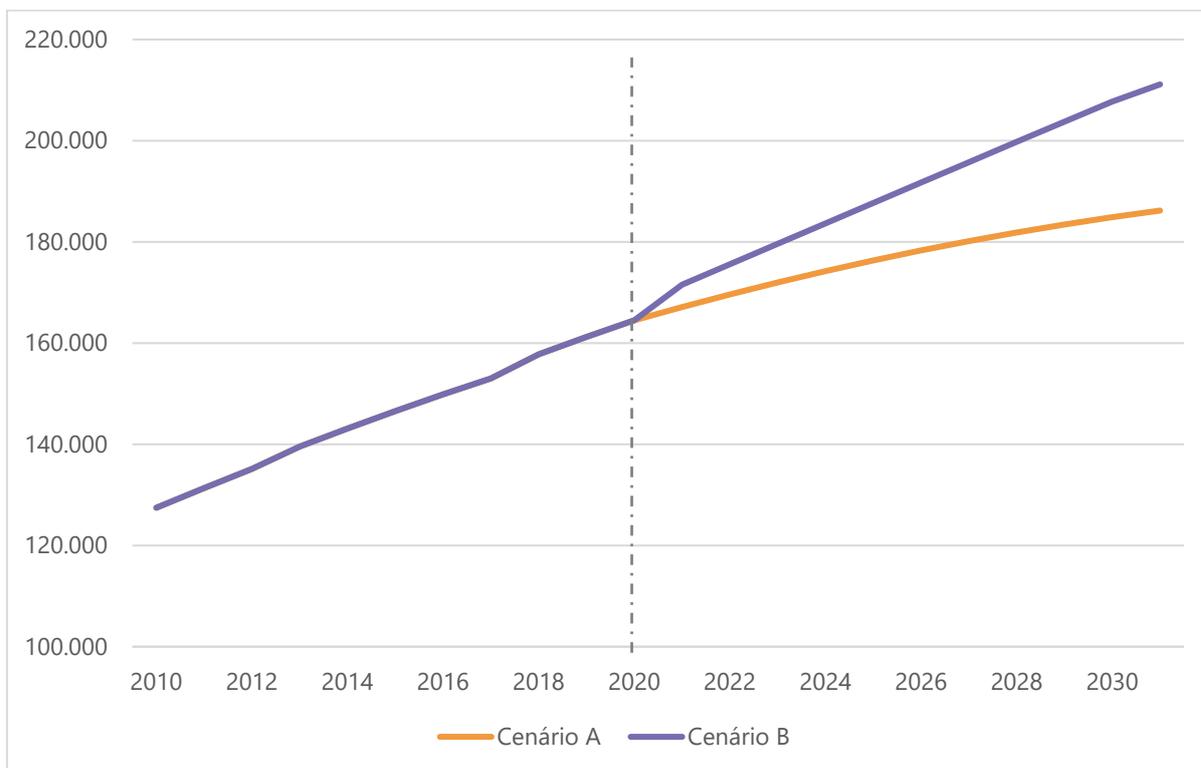
$$P_i(t) = a_i * P(t) + b_i$$

Onde:

- $P_i(t)$ é a população de uma determinada área menor i , no tempo t . (hab.);
- a_i : o coeficiente de proporcionalidade do incremento da população da área menor i em relação ao incremento da população da área maior;
- b_i : o coeficiente linear de correção.

Por sua vez, o Cenário B de crescimento populacional, gerado a partir da variante logística do método AIBI, indica a manutenção ainda grande do crescimento a ser extrapolado da última década, levando o volume de população a ficar acima de 200.000 habitantes. O ritmo de crescimento populacional ficaria a 2,3 % a.a., o que atestaria o ainda elevado peso da migração (tendencialmente, metropolitana) sobre o crescimento populacional.

Gráfico 1. Projeção populacional para o município de Maricá-RJ, período 2021 a 2031.



Fonte: Censo Demográfico 2010; Estimativas populacionais FIBGE e Projeção Populacionais FIBGE.

Tabela 3. Projeção populacional para o município de Maricá-RJ, período 2021 a 2031.

Tipo	Ano	Cenário A	Cenário B
Censo	2010	127.461	127.461
Estimativa populacional IBGE	2011	131.355	131.355
	2012	135.121	135.121
	2013	139.552	139.552
	2014	143.111	143.111
	2015	146.549	146.549
	2016	149.876	149.876
	2017	153.008	153.008
	2018	157.789	157.789
	2019	161.207	161.207
	2020	164.504	164.504



Tipo	Ano	Cenário A	Cenário B
Projeção Populacional	2021	167.119	171.552
	2022	169.615	175.579
	2023	171.983	179.614
	2024	174.223	183.653
	2025	176.332	187.691
	2026	178.308	191.725
	2027	180.151	195.751
	2028	181.861	199.764
	2029	183.437	203.762
	2030	184.882	207.741
	2031	186.195	211.129

Fonte de dados: Censo Demográfico 2010;
 Estimativas populacionais FIBGE e Projeção Populacionais FIBGE.

Tabela 4. Taxa de crescimento médio anual para o município de Maricá-RJ, período 2020 a 2030.

Período	% a.a.
2000-2010	5,205211
2010-2020	2,584067
2020-2030 - Cenário A	1,174674
2020-2030 - Cenário B	2,361013

Fonte de dados: Censo Demográfico 2000 e 2010;
 Estimativas populacionais FIBGE e Projeção Populacionais FIBGE.

A partir dos dois cenários de crescimento populacional elaborados, faz-se o exercício de verificação de sua aderência aos quatro cenários de desenvolvimento propostos no âmbito de revisão do Plano Diretor de Maricá. Em linhas gerais, observou-se que o Cenário A de crescimento populacional é mais aderente ao Cenário 1 de desenvolvimento. Enquanto o Cenário B tende a se relacionar mais ao Cenário 2 de desenvolvimento, pelos motivos expostos adiante. Os Cenários 3 e 4 de desenvolvimento, por envolverem conjecturas socioeconômicas que pressupõem a mobilização de contingente populacional fora das tendências sociodemográficas e de urbanização em que está inserida Maricá, não serão aqui objeto de qualquer tipo de projeção.

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO 1

- Crescimento populacional ainda relativamente mais elevado em relação aos demais municípios metropolitanos, mas com tendência de diminuição. Manutenção abaixo do patamar de 2% a.a. e não deve ultrapassar o volume de 200.000 habitantes até 2031.
- Alimentado quase que exclusivamente pelos fluxos migratórios intrametropolitanos, vinculado ao “potencial endógeno de redistribuição da população na RMRJ”.
- Disciplinamento da ocupação pode privilegiar o fluxo migratório de determinados grupos sociais, com possíveis efeitos no arrefecimento ou intensificação da migração para o município.

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO 2

- Crescimento populacional relativamente mais elevado em relação aos demais municípios metropolitanos, com tendências a se manter em um platô mais elevado. Manutenção acima do patamar de 2% a.a., podendo ultrapassar 200.000 habitantes.
- Alimentado quase que exclusivamente pelos fluxos migratórios intrametropolitanos, vinculado ao “potencial endógeno de redistribuição da população na RMRJ”.

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO 3

- Crescimento populacional relativamente mais elevado em relação aos demais municípios metropolitanos, com tendências a se manter em um platô mais elevado. Manutenção acima do patamar de 2% a.a., muito provavelmente ultrapassando 200.000 habitantes. Pico populacional a depender dos impactos socioambientais (empregos diretos e indiretos) gerados pelos empreendimentos previstos para o município.
- Potencialmente, pode ser alimentado por fluxos de longa distância, lembrando que este pico pode ser volátil, muito vinculado à expectativa de inserção no mercado de trabalho que pode não ser concretizada, além de uma mão de obra “volante”, vinculada ao período de instalação dos empreendimentos, a qual pode ir embora após a instalação ou caso não se concretiza a instalação dos empreendimentos (vide, caso de Itaboraí)
- Disciplinamento da ocupação pode privilegiar o fluxo migratório de determinados grupos sociais, com possíveis efeitos no arrefecimento ou intensificação da migração para o município

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO 4

- Crescimento populacional relativamente mais elevado em relação aos demais municípios metropolitanos, com tendências a se manter em um platô mais elevado. Manutenção acima do patamar de 2% a.a., muito provavelmente ultrapassando 200.000 habitantes. Pico populacional a depender dos impactos socioambientais (empregos diretos e indiretos) gerados pelos empreendimentos previstos para o município.
- Potencialmente, pode ser alimentado por fluxos de longa distância, lembrando que este pico pode ser volátil, muito vinculado a expectativa de inserção no mercado de trabalho que pode não ser concretizada, além de uma mão de obra “volante”, vinculada ao período de instalação dos empreendimentos, a qual pode ir embora após a instalação ou caso não se concretiza a instalação dos empreendimentos (vide, caso de Itaboraí).

4. DESCRIÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Lançados os quatro cenários, eles são a seguir apresentados de modo mais abrangente. Para tanto, em cada um deles, são trabalhadas a perspectiva macroeconômica e as perspectivas setoriais do petróleo e gás e do turismo, entendidos como setores chave para o desenvolvimento municipal. Em seguida, apresenta-se uma breve descrição do cenário acompanhada de um quadro-síntese de sua expressão territorial.

Acompanha ainda descrição dos cenários de desenvolvimento o quadro apresentado no Anexo 1. Trata-se de um exercício, e como tal deve ser compreendido, de se esboçar rebatimentos territoriais dos cenários e das políticas setoriais. Mais uma vez, não se deve entender esses rebatimentos como previsões, mas como possíveis tendências que, no seu conjunto, ajudam a ilustrar o que poderia ser Maricá em cada um dos cenários.

4.1 CENÁRIO 1: Estabilidade e manutenção da qualidade de vida

Maricá aprazível, resiliente e boa para se viver, tendo a sustentabilidade como marca da ação Governamental.



4.1.1 Perspectiva macroeconômica

Este cenário apresenta o Município de Maricá com relação forte e predominante com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Como condicionantes externas, considera que as rendas petrolíferas e os *royalties* do petróleo a ele destinados estariam estáveis seja pela forma da distribuição, seja pela produção da bacia de Santos e do mercado internacional. Maricá, se apresenta inserida na economia do petróleo ainda sem protagonismo direto nos serviços

oferecidos. Contudo é beneficiada pelas rendas petrolíferas que permitem alavancar o desenvolvimento localizado de determinados setores. O Poder Público municipal promove ações em prol da qualificação da infraestrutura urbana, entretanto sem conseguir implementar uma estratégia catalisadora do desenvolvimento sustentável e superar passivos urbanos ambientais ou se antecipar a demandas.

4.1.2 Perspectivas setoriais

- Petróleo e Gás

Sem confirmar protagonismo direto nos serviços oferecidos pelo setor de petróleo e gás, os investimentos públicos prioritários passariam a se alinhar às necessidades de um desenvolvimento virtuoso, onde Maricá teria a sustentabilidade como marca da ação Governamental.

As empresas auxiliares prestadoras de serviços em atividades petrolíferas passariam a perceber Maricá de forma distinta. No entanto, a implantação de projetos de interesse da cadeia produtiva do petróleo, de médio e longo prazo, como o Polo de Capacitação e Desenvolvimento Científico, por exemplo, não resultaria de imediato na qualificação da mão de obra local para atender as necessidades municipais. A presença do Polo GasLub Itaboraí (distando aproximadamente 40 km do centro de Maricá) criaria uma demanda por profissionais de forma concorrente com o Município, desencadeando a migração de trabalhadores.

Diante das drásticas mudanças do ambiente econômico interno e externo, da crise do Estado do Rio de Janeiro e das incertezas resultantes da pandemia pelo COVID-19 ainda não debelada, as expectativas de inserção do Município na economia do petróleo devem ser vistas em perspectiva.

Todavia, com o uso adequado das receitas provenientes dos *royalties*, a implantação de políticas públicas através de incentivos fiscais e parceria com as empresas do setor, somadas à nova visão de Maricá sustentável, passariam a atrair empresas com um grau menor de dependência das infraestruturas ainda não implantadas, promovendo impacto considerável na oferta de novas vagas de emprego e aumento da fonte de receita orçamentária para o Município. Neste cenário, as empresas que vierem a se estabelecer em Maricá ainda precisariam buscar mão de obra qualificada fora do Município ou realizar treinamentos dirigidos.

- Turismo

Em um cenário econômico onde os *royalties* continuam estáveis e Maricá logre aproveitar oportunidades para desenvolver de forma sustentável sua economia, infraestrutura e outros elementos centrais, o setor do turismo passa a ter tendência positiva de crescimento, devidamente acompanhado do planejamento para mitigação dos eventuais impactos negativos que acarretará. Nessa lógica, ganha sentido a implantação de iniciativas que estão atualmente na agenda municipal como o Polo de Capacitação ou identificadas com a nascente economia criativa, a exemplo do Polo Audiovisual e outras indústrias “inteligentes”.

Além disso, projetos com vocação para a atração do fluxo turístico como hotéis e *resorts* de nível superior, entre outros, podem ter lugar, possivelmente contribuindo para maior relevância econômica do setor, ainda que de forma localizada. O turismo de negócios tende a se desenvolver sem grande significância, tendo como base o setor do petróleo e atividades complementares. Os veranistas e turistas regionais continuam a ser os maiores frequentadores do destino e o ecoturismo surge com mais força, pelo aprimoramento de sua organização, infraestrutura e sustentabilidade de suas práticas, sem grande peso econômico, mas crescente e sem sobressaltos.

- Outras alternativas

Esse cenário considera que outras atividades econômicas, ainda que não representem impacto transformador, estão lastreadas nas vocações locais e possuem poder de multiplicar efeitos benéficos no aumento da oferta de empregos acessados pela mão-de-obra maricaense, no apoio ao pequeno empreendedor e de fomento aos arranjos produtivos de base comunitária.

No meio rural, além da diversificação produtiva orientada ao mercado interno do município, o incentivo à integração entre atividades agropecuárias e turismo (rural e ecológico) tende a ser fomentado, favorecendo fontes de rendas alternativas com base na oferta de serviços como hospedagem, gastronomia, passeios guiados etc.

4.1.3 Descrição do Cenário 1

Maricá permanece sendo um município de porte médio, da franja metropolitana, em que parte expressiva da população trabalha em outros municípios da RMRJ, em especial Niterói e São Gonçalo. Apesar de não integrar propriamente o polo turístico da Região dos Lagos, sua infraestrutura hospitalar pode fortalecer sua influência em municípios vizinhos e daquela região.

Neste cenário, Maricá mantém-se como um lugar apazível para se viver, próximo à natureza e do Rio de Janeiro, com custo de vida e de moradia inferior em relação a Niterói e condições urbanas mais amenas em relação a São Gonçalo.

Maricá aproveita com eficiência o período favorável em relação ao aporte de recursos de *royalties* e participações especiais, promove programas e ações de qualificação ambiental urbana da cidade consolidada e consegue exercer controle relativo da dispersão urbana.

Os investimentos públicos prioritários se alinham às necessidades de desenvolvimento sustentável aproveitando a oportunidade de destinar as rendas petrolíferas que aumentam o orçamento municipal para a conciliação do turismo de baixo impacto e a dinamização da economia proporcionada pela inserção progressiva do Município na cadeia produtiva do petróleo. Investimentos de infraestrutura em saneamento básico, dragagem de canais e lagoas são priorizados, são realizados ajustes nos sistemas existentes, mas ainda assim se mantém déficits de atendimentos. Outro ponto prioritário de ação é a mobilidade urbana através da qualificação das áreas de passeios, arborização de espaços públicos e implantação de ciclovias. No campo da habitação de interesse social, são desenvolvidos programas diversificados, mas

que não necessariamente conseguem atender à demanda ainda crescente em razão da pressão migratória em parte associada a possíveis oportunidades de emprego ou mesmo pelos benefícios sociais garantidos pela Administração Municipal. O desenvolvimento de Maricá é equitativo e cria possibilidades de melhorias da qualidade de vida e dos aspectos urbanos.

CENÁRIO 1



- Controle parcial da dispersão urbana
- Ocupação de terrenos vagos em algumas áreas da Cidade
- Verticalização contida
- Qualificação de espaços públicos nos bairros
- Inclusão de diretrizes específicas ao processo de revisão dos instrumentos de controle urbanístico

- Controle dos riscos ambientais sobre a produtividade e as infraestruturas de escoamento da produção
- Promoção de fontes de renda alternativas com base na oferta de serviços e produtos rurais
- Diversificação produtiva nas atividades e lavoura, orientada ao mercado interno
- Incremento da regularidade ambiental

TEMAS

-  Redução do déficit de saneamento sem alcançar a universalização
-  Respostas a tempo às demandas habitacionais atuais
-  Estruturação e capacitação de um corpo técnico para as UC's
-  Criação de projetos de premissa sustentável
-  Ampliação de iniciativas energia solar
-  Poucos investimentos, em especial em função de atividades turísticas
- 

4.2 CENÁRIO 2: Equilíbrio instável e precarização das infraestruturas

Maricá continua convivendo com problemas que tendem a se agravar, como a precariedade da infraestrutura e a dispersão da urbanização, com potencial acirramento dos conflitos quanto à defesa ambiental.



4.2.1 Perspectiva macroeconômica

Este cenário apresenta o Município de Maricá com relação forte e predominante com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Como condicionantes externas, considera que as rendas petrolíferas e os *royalties* do petróleo a ele destinados estariam estáveis seja pela forma da distribuição, seja pela produção da bacia de Santos e do mercado internacional. Maricá, neste caso, se apresenta inserida na economia do petróleo ainda sem protagonismo direto nos serviços oferecidos. O Município se mantém altamente dependente das rendas petrolíferas, mas o aumento do orçamento não se mostra suficiente para direcionar o desenvolvimento de modo sustentável. A incapacidade de articulação da gestão municipal compromete a focalização e priorização das políticas públicas de promoção da cidadania, da sustentabilidade ambiental urbana e de segurança da população em seus diversos espectros. Mesmo com recursos financeiros, a precariedade das infraestruturas e da qualidade de vida tende a se agravar.

4.2.2 Perspectivas setoriais

- Petróleo e Gás

Neste cenário, em que o Município não logra êxito em aproveitar as rendas petrolíferas para se desenvolver sustentavelmente, as empresas que dão suporte e apoio àquelas produtoras de petróleo e gás, as denominadas empresas prestadoras de serviços (de perfuração, recursos humanos e recrutamento, hotelaria e abastecimento, ou seja, prestadoras de serviços *offshore* em geral), não encontrariam o devido suporte e condições de mão de obra qualificada, de infraestrutura ou de incentivos fiscais, estes últimos, em regra, voltados a estimular a

implantação dos empreendimentos. Com isso, a estabilização de novas empresas do ramo ao longo do tempo, ou o desenvolvimento das preexistentes, seria desvantajosa ou proveria pouco impacto para o Município na forma de oferta de novos empregos ou como fonte de receita orçamentária para as políticas públicas. Nesse sentido, as empresas a serem estabelecidas em Maricá precisariam buscar mão de obra qualificada fora do Município ou realizar investimentos em treinamento.

A implantação parcial de projetos de interesse do setor, que estão na pauta atual do Município, não resultaria, em curto prazo na diminuição de custos logísticos de pessoal, materiais e maquinários das empresas, e quando alinhados tais fatores às possíveis demandas da cadeia petrolífera, formar-se-ia um ambiente pouco atrativo para novos empreendimentos, continuando Maricá sem protagonismo direto nos serviços oferecidos. A mera especulação do potencial petrolífero sem aplicação na forma de retorno social e investimentos na infraestrutura da cidade com os recursos recebidos provenientes das atividades do petróleo, acabariam por resultar na inadequação e falta de apelo de Maricá.

- Turismo

Em um cenário econômico em que os *royalties* continuem estáveis, mas o Município não logra aproveitar o momento para se desenvolver de forma sustentável, novos projetos não se realizam com facilidade e o turismo sente o mesmo impacto da falta de oportunidades para deslanchar um crescimento estruturado e de mais longo prazo.

A qualidade de vida da população tende a apresentar pioras, pelo menos em alguns aspectos, em razão do agravamento de algumas deficiências, principalmente relacionadas à infraestrutura. Com a atividade turística voltando a crescer em escala mundial após a crise sanitária no ritmo anterior à mesma, a tendência natural é o setor se desenvolver na maioria das localidades brasileiras que possuam atratividade turística. Mas a perda de qualidade urbana ambiental de Maricá tende a se refletir em dificuldades para aproveitamento de seu potencial turístico. Esse quadro deve afetar também o desenvolvimento do turismo de negócios, segmento considerado o de maior potencial no Município. O turismo de lazer em resorts, que costuma atrair um público de elevado poder aquisitivo, não aparece nesse cenário de certa estagnação. Assim Maricá fica basicamente com o que já possui, notadamente o turismo de veraneio ou segunda residência e, com menor significância, o ecoturismo. Os eventos esporádicos continuam a existir e atrair o seu público específico, mas nada que transforme a realidade do Município nesse campo.

- Outras alternativas

Apostando as fichas prioritariamente projetos de grande porte que sugerem dinamismo do Município, mas que nem sempre se realizam ou alcançam os resultados anunciados, outros segmentos da economia, tanto na área urbana como na área rural, deixam de ser contemplados no planejamento e implantação de ações de fomento. Apesar de se manter as necessárias e

relevantes políticas de renda básica e microcrédito, essas não são suficientes para alavancar o desenvolvimento.

4.2.3 Descrição do Cenário 2

Maricá permanece sendo um município de porte médio, da franja metropolitana, que não integra propriamente o polo turístico da Região dos Lagos, em que parte expressiva da população trabalha em outros municípios da RMRJ, em especial Niterói e São Gonçalo. Neste cenário, Maricá mantém-se como alternativa locacional de menor custo em relação a Niterói e com oferta de áreas de melhor qualidade de vida em relação a São Gonçalo, em especial em condomínios fechados. No entanto, a precariedade da infraestrutura urbana tende a se apresentar em mais áreas da cidade e a se agravar em algumas delas, ainda que amenidades associadas à paisagem natural também se mantenham.

Maricá não aproveita com efetividade o período favorável em relação ao aporte de recursos de *royalties* e participações especiais, sofrendo pressões do crescimento e perda de qualidade de vida por não conduzir a gestão de seu desenvolvimento ambiental, urbano e territorial de forma sustentável.

Os investimentos públicos são dispersos e não alinham as necessidades de desenvolvimento sustentável e a dinamização da economia proporcionada pela inserção municipal na cadeia do petróleo com a defesa ambiental. As ações para ampliação das redes de infraestrutura em saneamento básico, de dragagem de canais e lagoas, bem como ajustes nos sistemas não são suficientes. Tendência de agravamento dos déficits de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A política de mobilidade urbana, acessibilidade das áreas de circulação de pedestres, arborização dos bairros e implantação de ciclovias resulta em ações apenas parciais.

Em relação à emergência das demandas de habitação de interesse social, as respostas são tardias, com qualidade e resultados limitados ou críticos. Novos parcelamentos do solo ou ocupações informais pressionam as áreas de amortecimento de Unidades de Conservação (UCs) e a reprodução de condomínios fechados criam barreiras ao escoamento natural das águas. Intervenções em áreas de preservação permanentes (APPs) e Faixas Marginais de Proteção (FMPs) têm reflexos nos recursos hídricos, com enchentes e assoreamento das lagoas.

Neste cenário tendencial de baixa expressividade de desenvolvimento econômico, a precariedade fica delimitada pelas relações de acesso aos serviços municipais, descontrole da dispersão urbana e pela distribuição desigual das políticas públicas no território.

CENÁRIO 2



- Maior dispersão urbana
- Produção imobiliária formal voltada para condomínios fechados
- Verticalização isolada em determinadas áreas
- Desigualdades entre bairros
- Ausência de diretrizes específicas para a ocupação do solo urbano



- Conversão de lavouras em áreas de pecuária extensiva
- Precarização do acesso da população rural a serviços públicos
- Intensificação da importação de alimentos de outros locais
- Redução da capacidade de conservação ambiental
- Reflexos negativos sobre o PIB da área rural e precariedade na arrecadação de impostos sobre comercialização da produção

TEMAS



Os déficits de saneamento básico são agravados ou parcialmente reduzidos



Respostas emergenciais e tardias as demandas habitacionais, com qualidade e resultados limitados ou críticos



Padrões urbanísticos desfavoráveis à disponibilidade de infraestrutura e recuperação dos recursos hídricos



Aumento de áreas vulneráveis e implantação de empreendimentos e atividades sem a adoção de medidas preventivas



Desperdício e aumento dos custos com energia elétrica



A resiliência do patrimônio construído e natural é ameaçada pela ausência do planejamento urbano sustentável



4.3 CENÁRIO 3: Expansão sustentável do desenvolvimento municipal e urbano

Maricá diversifica sua economia condicionando o aproveitamento do solo às salvaguardas socioambientais, tendo os investimentos públicos eficaz e efetivamente distribuídos no território.



4.3.1 Perspectiva macroeconômica

Este cenário apresenta o Município de Maricá com relação forte e predominante com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), mas amplia sua influência também sobre municípios da Região dos Lagos como polo médico hospitalar. Como condicionantes externas, considera que as rendas petrolíferas e os *royalties* do petróleo a ele destinados poderiam estar em queda ligeira seja pela produção da Bacia de Santos ou pelas alterações do mercado internacional do petróleo. Mas, neste caso, Maricá se apresenta inserida na economia do petróleo, com a implantação gradual do *hub* da Bacia de Santos em seu território. O Município exerce papel de maior expressividade, sendo a protagonista no oferecimento de serviços às plataformas e atraente à instalação de novas companhias relacionadas com a economia do petróleo e de outras atividades econômicas.

Nessa perspectiva, se abrirão oportunidades para expansão de outros setores da economia local preponderantes atualmente, notadamente comércio e serviços, e para a diversificação de atividades geradoras de crescimento econômico, inclusive a expansão das oportunidades do setor do turismo. O setor terciário se amplia e também se qualifica em termos de complexidade dos serviços oferecidos, com a criação de empregos qualificados e absorção da mão-de-obra local em processo de qualificação.

4.3.2 Perspectivas setoriais

- Petróleo e Gás

Devido à implantação de projetos considerados de interesse, as companhias do setor petrolífero teriam o suporte estrutural local necessário à sua operação. Políticas públicas municipais contribuiriam para elevar consideravelmente a qualificação da mão de obra local e de migrantes, além de oportunizar a evolução dos setores terciários.

Em contexto de investimentos planejados e contínuos em infraestrutura de saneamento básico, habitação de interesse social, mobilidade urbana, proteção social, aliados ao controle da dispersão urbana e preservação do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida do Município contribuiria para a dinamização da economia e menor grau de dependência das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais que atualmente representam a maior parte do orçamento municipal. Dessa forma, Maricá caminharia para se tornar um pouco mais independente da economia do setor petrolífero e suas eventuais oscilações de mercado.

- Turismo

No cenário de diversificação da economia, com viés de sustentabilidade, novos negócios tentem a migrar para o Município e, conseqüentemente o turismo se desenvolve, sobretudo no segmento de negócios, que passa a ser condutor do setor. Com o aumento da visibilidade de Maricá, o Município tende a se consolidar também como destino turístico de lazer, o que resultaria na tendência de instalação de novos hotéis de padrão mais elevado.

Nesse contexto, tenderiam a ser minimizadas as vulnerabilidades que iniciativas de implantação de empreendimentos como *resorts* normalmente apresentam no Brasil. Em geral, não sendo destinados apenas à hospedagem de lazer, mas conjugados com projetos imobiliários, a implantação de *resorts* em destinos turísticos em desenvolvimento apresenta riscos que devem ser levados em conta, em especial no processo de licenciamento, tanto em relação à própria infraestrutura do empreendimento, como em relação a potenciais impactos negativos sobre o meio ambiente e a estrutura urbana existente. Com fortalecimento de sua capacidade de gestão e tendo a sustentabilidade como norte, Maricá teria instrumental para orientar adequadamente a implantação de empreendimentos dessa natureza.

Havendo o desenvolvimento do turismo de negócios, este se tornaria o principal motor de interação com o Município, deixando as opções de ecoturismo em posição secundária, ainda que os atrativos se mantenham existentes.

- Outras alternativas

Em visão previdente, o Município promove, ao longo do tempo, ações de fomento dos diferentes segmentos da economia local capazes de, em seu conjunto, prover o aumento da oferta de empregos à população maricaense e, em parte, criando condições favoráveis para um período pós-petróleo. Na área rural, incentivo, capacitação e assistência técnica para

organização socioprodutiva da agricultura familiar associada à garantia e incremento de compras públicas dos alimentos produzidos no município e, eventualmente, também a iniciativas de agricultura urbana. Estímulo também a empreendimentos locais de beneficiamento de produtos agropecuários.

4.3.3 Descrição Geral do Cenário 3

Maricá permanece sendo um município de porte médio, da franja metropolitana, que atua como o polo turístico de negócios, mas também amplia sua influência sobre municípios da Região dos Lagos, principalmente pela sua afirmação como polo médico hospitalar. Contribuindo também para seu posicionamento nas relações com municípios próximos, Maricá tende a se consolidar também como centro de conhecimento. Nesse contexto, verifica-se tendência de maior heterogeneidade do perfil social da população residente em Maricá.

Em um primeiro momento, parcela significativa dos moradores de Maricá ainda trabalha em outros municípios da RMRJ sem representar a força de trabalho que ocupará os postos de emprego gerados pelas alternativas de desenvolvimento econômico. Ocorrerá atração de mão-de-obra migrante, não qualificada e qualificada, além da população flutuante relacionada à economia do petróleo. Maricá consegue dinamizar sua economia, mas condicionando o aproveitamento do solo segundo critérios que garantem a preservação de ativos ambientais e culturais, a qualificação da cidade existente e a promoção social. Neste cenário o Município mantém o equilíbrio entre crescimento e qualidade de vida para sua população.

Maricá aproveita o período favorável em relação ao aporte de recursos de *royalties* e participações especiais. Os investimentos públicos prioritários se alinham às salvaguardas socioambientais, aproveitando a oportunidade de destinar as rendas petrolíferas para a conciliação da economia do petróleo, do turismo de negócios e a mitigação de impactos locais indesejáveis. O Município promove programas e ações de ampliação e melhoria da infraestrutura em saneamento básico, de habitação de interesse social, de mobilidade urbana, de proteção social e ambiental, além de dinamização dos negócios locais visando à inclusão produtiva de seus cidadãos. Dessa forma, consegue conter ameaças, reduzir riscos e avançar na agenda da sustentabilidade.

CENÁRIO 3



- Controle de dispersão urbana
- Melhor integração de condomínios fechados na malha urbana
- Ocupação prioritária de terrenos vagos
- Verticalização orientada e controlada
- Arborização urbana e qualificação dos espaços públicos
- Fortalecimento de centralidades dos Distritos
- Manutenção de áreas livres de impermeabilização no interior dos lotes
- Obras públicas e privadas com parâmetros eficientes e sustentáveis

- Forte incremento da qualidade ambiental, produtividade, acesso a trabalho, renda e serviços públicos
- Intensificação de hortas comunitárias nas áreas rurais e de incentivo à agricultura periurbana
- Impacto positivo sobre o PIB municipal
- Intensa redução de conflitos socioambientais e fundiários
- Fortalecimento da parceria com movimentos sociais rurais
- Redução da demanda por monitoramento e controle territorial e ambiental

TEMAS



Alcance da universalização do saneamento básico



Antecipação de medidas às demandas habitacionais, com eficácia e inovação na oferta



Os parâmetros urbanísticos, planejamento e a ação municipal convergem para a máxima qualificação ambiental urbana, com interface entre o meio urbano e rural.



Marca da sustentabilidade ambiental urbana



Referência na aplicação de boas práticas em gestão energética



Inserida no Polo Costa do Sol e lastreada no valor e diversidade de seu patrimônio, Maricá é alvo de investimentos em diferentes setores.



4.4 CENÁRIO 4: Crescimento insustentável, fragmentação e disputa territorial

Maricá é desafiada por diferentes tipos de empreendimentos e interesses que incidem sobre seu território e está no limite da insustentabilidade e da fragmentação urbana.



4.4.1 Perspectiva macroeconômica

Este cenário apresenta o Município de Maricá com relação forte e predominante com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Como condicionantes externas, considera que, a partir de algum momento, as rendas petrolíferas e os *royalties* do petróleo destinados ao Município estariam em queda significativa seja pela produção da Bacia de Santos ou pelas alterações do mercado internacional do petróleo ou, ainda, pelas mudanças dos regimes de distribuição dos recursos orçamentários e financeiros. Maricá, neste caso, se apresentaria inserida na economia do petróleo como um *hub* prioritário, com protagonismo direto no oferecimento de serviços às plataformas, aos negócios e atraente à instalação de novas empresas ligadas à economia do petróleo.

4.4.2 Perspectivas setoriais

- Petróleo e Gás

Neste cenário, é considerada a implantação completa do leque de projetos que transformaria Maricá em um *hub* prioritário, em um processo em que o Município, enfraquecido na sua governança, tem pouca ou nenhuma capacidade de interferir no modo como tais projetos se implantam em seu território. As empresas prestadoras de serviços do setor petrolífero teriam infraestrutura adequadas para plena instalação, operação e desenvolvimento, incluindo, possivelmente, aquelas dependentes das atividades portuárias, seja para manutenção de equipamentos, ou logística de materiais e maquinários *offshore*.

Esse movimento, acompanhado de ações para qualificação de mão de obra local, resulta na ocupação de vagas de emprego por moradores de Maricá, que podem também ser aproveitados em municípios vizinhos, como no Polo GasLub Itaboraí ou empresas auxiliares. Entretanto, o desenvolvimento acelerado de atividades econômicas ligadas ao setor do petróleo é acompanhado da expansão urbana descontrolada, do incremento do passivo acumulado pela falta de investimentos em infraestrutura, das ameaças sobre ativos ambientais.

Diante das possíveis restrições de recursos orçamentários, o Município chegaria ao limite da insustentabilidade, apesar de aproveitar o período favorável de aporte de recursos de participações governamentais. Essa restrição de recursos obrigaria o Município a buscar medidas de mitigação dos gastos públicos e, em mais longo prazo, na hipótese de um novo ciclo de redução das atividades econômicas do setor do petróleo, a uma situação de grande deterioração das condições urbanas, ambientais e sociais.

- Turismo

Em um cenário de expansão da economia de maneira insustentável, com disputas e riscos de fragmentação territorial, o mais provável é que os negócios turísticos se retraiam, restando apenas segmento de veraneio, agora decadente, e alguma atividade no segmento turismo de negócios, caso a cidade ofereça bons serviços e segurança. O desenvolvimento do turismo necessita de elementos como a novidade e/ou a tranquilidade. No cenário de forte dinamização da economia, mas com impactos negativos sobre a qualidade de vida, mesmo o turismo de negócios, que poderia ali prosperar, pode tender a procurar destinos próximos para se desenvolver, mais tranquilos e aprazíveis para hospedagem, como por exemplo na Região dos Lagos, mesmo para quem estiver em viagem de trabalho em Maricá. Tais circunstâncias afetarão ainda o segmento dos *resorts*, acentuando uma posição de enclave, onde não há interação com o seu entorno, agora desqualificado, deixando de desempenhar o papel de âncora do desenvolvimento da economia local que poderia, eventualmente, exercer.

Nesse cenário não existe apelo para o turismo de alto poder aquisitivo, sobretudo porque a região é profícua em bons destinos, e o ecoturismo tende a se afastar pela falta do apelo da sustentabilidade. O comprometimento de ativos ambientais prejudica também as possibilidades de desenvolvimento do setor do turismo.

- Outras alternativas

Decorrente do agravamento do cenário 2, a economia local padece da ausência de fomento antecipado, não sendo capaz de contribuir para a recomposição dos recursos transferidos do petróleo, que paulatinamente vem diminuindo, aproximando-se da estagnação. Na área rural, sem adequada assistência ou investimentos orientados à qualificação e desenvolvimento da produção familiar, a inserção de pequenos e médios produtores no mercado local e regional é prejudicada. Tendência de redução de atividades relacionadas à produção da lavoura e turismo ecológico, em prol da expansão da pecuária ou turismo exclusivamente rural em propriedades privadas de maior porte.

4.4.3 Descrição Geral do Cenário 4

Maricá permanece sendo um Município de porte médio, da franja metropolitana, mas que se constitui como *hub* da Bacia de Santos, tonando-se completamente dependente da economia do petróleo. Apesar de certo dinamismo, a retração econômica do Rio de Janeiro e a deterioração das condições de vida na RMRJ, também impactam Maricá que não logra fazer frente às demandas sociais crescentes.

A incapacidade de garantir o aproveitamento do solo segundo critérios que asseguram a preservação de ativos ambientais e culturais, a qualificação da Cidade e a promoção social conduz ao desequilíbrio entre crescimento e condições de vida para sua população. A estrutura urbana é afetada forte e negativamente por empreendimentos e interesses externos que se orientam em direção a Maricá em razão da economia do petróleo, tendo como resultado o acúmulo de passivos urbanos, territoriais e ambientais. Apesar da ampliação da infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o aumento expressivo da demanda não permite a superação dos respectivos de déficits. Paralelamente, observa-se a ampliação das ligações clandestinas de esgoto sanitário na rede de águas pluviais com maior assoreamento dos canais de drenagem e agravamento da poluição dos corpos hídricos.

A pressão por novos empreendimentos, públicos e privados avança sobre áreas de amortecimento e até sobre Unidades de Conservação. Maricá apresenta o padrão de ocupação periférico da metrópole, com algumas áreas protegidas remanescentes e dispersas, lagoas e canais assoreados. O patrimônio geológico das “*beach rocks*” é ameaçado. A intensificação da ocupação na faixa litorânea juntamente com a progressão da erosão costeira contribui para transformação do perfil das praias de Maricá. No campo da habitação, a incapacidade de resposta às demandas com complexidade e escala acumuladas tende a aumentar desigualdades entre bairros e a segregação urbana.

O Município busca o reequilíbrio através da obtenção de arrecadação com o desenvolvimento de negócios intensivos em tecnologia, enxugamento dos gastos públicos e reorientação de políticas urbanas. Mas os investimentos públicos tendem a ser desarticulados e insuficientes para fazer frente a demandas sociais crescentes.

CENÁRIO 4



- Expansão urbana horizontal e dispersa
- Verticalização intensificada nas principais centralidades
- Concentração de comércios e serviços
- Maiores desigualdades entre bairros
- Aumento da segregação urbana

- Indução da diversificação produtiva no campo e valorização de produtos rurais
- Dinamização econômica calcada na concentração de renda, terras e outros meios de produção
- Aumento de recursos aplicados em políticas públicas e serviços
- Diversificação econômica sem bases em atividades sustentáveis e agroecológicas
- Risco de "gourmetização" da produção

TEMAS



Redução do déficit de saneamento sem alcançar a universalização



Não-respostas às demandas, com complexidade e escala acumulada, comprometendo a reação aos problemas



Algumas áreas protegidas remanescentes e dispersas; lagoas e canais assoreados



Ocorrência de alagamentos, inundações e escorregamentos de massa, assoreamento, transbordamento e morte das lagoas e avanço do mar sobre a faixa litorânea



Agravamento da qualidade e do fornecimento de energia elétrica



O conjunto da preservação patrimonial vai desaparecendo, na medida da deterioração ambiental, adensamento vertical e da ocorrência de desastres climáticos



5. QUESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Considerando os quatro cenários de referência concebidos, algumas questões devem ser objeto de diretrizes e propostas no Plano Diretor, sempre na perspectiva da sustentabilidade. Reafirmando a abordagem inicial para a construção de cenários, o plano diretor deve se constituir como instrumento útil para orientar a ação municipal e para lidar com processos, interesses e empreendimentos que se apresentem, independentemente de terem sido ou não previstos.

As propostas do Plano Diretor devem orientar o Município a se antecipar a possíveis problemas que venham a se apresentar e, ao mesmo tempo, indicar propostas que possam contribuir para um desenvolvimento urbano inclusivo, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Para tanto, algumas questões chave poderão orientar a elaboração de tais propostas na continuidade do processo de revisão do Plano Diretor. As respostas deverão considerar os diferentes cenários possíveis. Sem prejuízo de outras que possam vir a ser propostas no processo participativo, algumas questões chave são:

- **Quais são os ativos ambientais a serem preservados? Quais os instrumentos/mecanismos para preservá-los?**
- **Quais os instrumentos/mecanismos para controle da dispersão da urbanização?**
- **Quais as áreas passíveis para instalação de usos de potencial impacto severo? Quais as condições para implantação de empreendimentos de potencial impacto severo nessas áreas?**
- **Quais terrenos vazios cuja ocupação deve ser induzida e quais terrenos vazios que não devem ser ocupados por cumprirem funções ambientais relevantes?**
- **Quais áreas devem ser reservadas para habitação de interesse social? Ou, se não forem reservadas áreas, onde irá morar a população de baixa renda?**
- **Quais áreas passíveis de intensificação da ocupação do solo (verticalização/adensamento) e segundo quais critérios considerando a fragilidade da infraestrutura instalada? Quais áreas são inadequadas ao adensamento construtivo?**
- **Quais as melhores áreas para a implantação de estabelecimentos industriais?**

A próxima etapa da revisão do Plano Diretor de Maricá, dedicada às “estratégias” aprofundará as reflexões em torno dessas questões, em especial nas oficinas temáticas a serem programadas na sequência. A partir delas se trabalhará tanto na equipe técnica como no debate com os diferentes segmentos sociais as bases para concepção do macrozoneamento. Paralelamente, se avançará no refinamento das diretrizes temáticas e na estruturação do sistema de planejamento e gestão urbana e territorial. Todos esses temas deverão ser objeto de discussões em audiências públicas para a consolidação do anteprojeto de lei de revisão do Plano Diretor de Maricá.

6. ANEXO 1- QUADROS TEMÁTICOS DOS CENÁRIOS

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 1	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 1
Saneamento Básico: Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos sistemas de abastecimento de água para atendimento do crescimento vegetativo da população 	<ul style="list-style-type: none"> - Os déficits de abastecimento de água serão mantidos ou parcialmente reduzidos - Proteção das bacias de captação de água
Saneamento Básico: Esgotamento Sanitário	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da infraestrutura existente de esgotamento sanitário com retomada do funcionamento das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) dos conjuntos do Minha Casa, Minha Vida - Elaboração e execução dos projetos de esgotamento sanitário para o Distrito de Ponta Negra 	<ul style="list-style-type: none"> - Os déficits de esgotamento sanitário terão uma redução significativa, mas ainda sem alcançar a universalização
Saneamento Básico: Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção dos serviços de limpeza urbana disponibilizados à população (varrição manual, varrição mecanizada, limpeza de boca de lobos, capinação e roçada, pintura de meio fio, limpeza de terrenos de propriedade da Prefeitura, limpeza da orla de praias e lagoas, limpeza de eventos públicos e privados) 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção dos serviços de coleta de RSU, de RSS das unidades públicas e RCC de pequenos geradores - Implantação da coleta seletiva com inclusão socioproductiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis
Saneamento Básico: Drenagem	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um Plano de Drenagem para todo o território municipal (microdrenagem urbana e macrodrenagem) - A Defesa Civil de Maricá, em resposta ao Plano Nacional de Adaptação (PNA), inicia a elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), que inclui ações em drenagem de prevenção aos alagamentos e deslizamentos, dialogando com o Plano Municipal de Drenagem - Obras de microdrenagem pluvial começam a ser programadas acompanhando a urbanização planejada, envolvendo a dragagem das calhas dos rios 	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem das calhas dos rios Taquaral e Bosque Fundo sem preservar a calha natural e vegetação ou, pior, em galerias cobertas - Dragagem dos canais interiores das lagoas e das barras, porém pontuais, sem uma avaliação da periodicidade

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 1	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 1
	- O Município segue investindo em obras de dragagem e canalização, porém ainda sem uma visão estratégica ou consequente para a resolução efetiva dos problemas no setor	
Gestão Costeira	- O Município toma a iniciativa de estabelecer cooperação técnica com centros de pesquisa na busca de solução técnica de maior envergadura e efeito para contenção da energia das ondas de ressaca sobre sua linha de costa	- Entretanto, as consequências das soluções pontuais adotadas anteriormente, seguem surtindo efeitos parciais no curto prazo ou prejudiciais no longo prazo, como: obras de fixação da linha de costa que tendem a promover a perpetuidade da erosão sazonal ou reativa (engorda da faixa de areia da praia e não proativa (por estruturas para conter as perdas)
Habitação	- Capacidade de respostas a tempo às demandas habitacionais, segundo padrões básicos de atendimento na oferta; - Organização interna da Prefeitura favorecendo as respostas em HIS. - Instrumentos legais revistos e atualizados - Caderno de Encargos e Termos de Referência -, para elaboração de projetos arquitetônicos dos próprios municipais (novas edificações e em reforma/retrofit de edificações públicas existentes), cujos comandos serão adotados por todas as Secretarias Municipais e Autarquias.	- Regularização fundiária de parte das Zonas de Especial Interesse Social - Ampliação de programa de melhorias habitacionais - Incorporação dos princípios de sustentabilidade na política de habitação. - Habitação de Interesse Social inserida e integrada na malha urbana e na vida urbanística e social da cidade;
Mobilidade	- Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - Articulação de diferentes setores da prefeitura na elaboração de projetos no espaço urbano - Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança	- Implementação parcial do Plano de Mobilidade - Priorização da pavimentação de vias - Qualificação de calçadas e dos espaços públicos - Ampliação da rede cicloviária

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 1	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 1
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - A área ambiental passa a atuar previamente e em conjunto com as demais secretarias e setores - Os diferentes comitês e grupos acadêmicos ambientalistas vão sendo incorporados como apoio técnico e orientador para o planejamento de ações municipais, especialmente nos campos dos recursos hídricos, proteção e preservação da fauna e da flora - A área ambiental da Administração municipal se estrutura e se capacita para dar conta do amplo conjunto de UC's já implantadas, com fiscalização e prevenção (inclusive quanto a incêndios) 	<ul style="list-style-type: none"> - Evita-se projetos e obras inadequadas ao meio ambiente (canalização de recursos hídricos; intervenções em faixas de APPs e FMP) - Controle da pressão por ocupação urbana em zonas de amortecimento e nos limites das próprias UCs - Os parâmetros urbanísticos assumidos no PD e legislações correlatas (adensamento; taxas de ocupação; gabaritos; índices de impermeabilização; arborização urbana) favorecem padrões positivos para o meio ambiente, especialmente com relação aos recursos hídricos e clima urbano
Mudanças Climáticas Linha de Base: tendência de maior severidade e frequência na ocorrência de eventos climáticos extremos	<ul style="list-style-type: none"> - Adoção de visão sistêmica sobre a resiliência do território, na adaptação e mitigação às ameaças climáticas - Condicionantes e exigência de medidas mitigadoras aos impactos decorrentes da implantação de empreendimentos e atividades potencialmente impactantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos municipais com incorporação das premissas da sustentabilidade ambiental urbana - Ações e obras voltadas à prevenção de riscos e recuperação ambiental - Adoção de programas para mitigação da emissão de GEE e redução do consumo de energia
Energia	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de uma Unidade de Gestão Energética Municipal (UGEM), para a apropriação de ações de gerenciamento e de planejamento do consumo de energia elétrica das unidades consumidoras do Município 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação das iniciativas para a geração distribuída, por meio da energia solar fotovoltaica, nas unidades consumidoras do Município e a criação de incentivos fiscais para adoção da tecnologia, pela população
Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> - Lei do Plano Diretor aprovada - Revisão da legislação urbanística complementar à luz do novo Plano Diretor, contemplando os princípios bioclimáticos adequados à 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle parcial da dispersão urbana - Ocupação de terrenos vagos em algumas áreas da Cidade - Verticalização contida

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 1	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 1
	classificação do Município, para a promoção da qualificação ambiental do clima urbano e do conforto ambiental nas edificações - Adoção de ações de qualificação do ambiente urbano nos projetos municipais, com vistas a minimizar o desconforto térmico urbano, como a elaboração e implantação de um Plano de Arborização Urbana de áreas e vias públicas, bem como incentivar a manutenção de áreas verdes em grandes propriedades	- Qualificação de espaços públicos nos bairros
Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	- Assegura-se o recurso conforme tradicionalmente alocado no orçamento anual para a manutenção dos bens tombados no nível municipal - A política cultural segue sendo implantada de modo constante, sem maiores consequências estratégicas para a sua diversificação - O acervo histórico-cultural permanece desconhecido e não aproveitado em toda a sua possibilidade de contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do Município, pela ausência de um inventário e da adoção de ações para a sua atomização	- Os bens histórico-culturais tombados de Maricá permanecem razoavelmente preservados - A expansão de sua integração ao circuito socioeconômico de forma mais efetiva, segue dependente das rarefeitas iniciativas e parcos investimentos privados, em regra, motivados pelas atividades turísticas
Meio Rural	- Incremento do cadastro de produtores rurais do Município motivado pela abertura da fábrica de desidratados, desenvolvimento do abatedouro e, no médio prazo, outras iniciativas para absorção da produção agropecuária local - Manutenção da política de compras públicas e de feiras públicas periódicas com ampliação do apoio ao escoamento da produção - Incremento da base de dados de produtores e integração com estratégias de desenvolvimento socioeconômico e assistência técnica	- Controle dos riscos ambientais relativos à inundações e movimentos de massa com minimização dos impactos sobre a produtividade e as infraestruturas de escoamento da produção - Promoção de fontes de renda alternativas com base na oferta de serviços (hospedagem, gastronomia, passeios guiados etc.) e produtos rurais, incluindo a implantação completa da iniciativa na Fazenda Ibiaci e reprodução do modelo em outras propriedades do Município - Adequação da produção às normas das UCs e de suas Zonas de

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 1	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 1
	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade da parceria com MST para suporte técnico e capacitação de produtores e expansão da iniciativa para outras localidades além do Manu Manuela - Incentivos à integração entre atividades agropecuárias e turismo (rural e ecológico) - Intensificação do apoio à elaboração e atuação na validação do CAR de produtores familiares e incorporação dos dados do cadastro às bases de dados municipais para monitoramento do processo de regularização ambiental rural - Monitoramento e controle da expansão das áreas de pasto e formas de lavoura de maior impacto ambiental 	<p>Amortecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversificação produtiva nas atividades e lavoura, orientada ao mercado interno - Integração da produção pecuária a empreendimentos de beneficiamento de leite e carne no Município e/ou na região, conferindo relativo dinamismo às atividades e incremento de renda aos trabalhadores e proprietários - Incremento relevante na qualidade ambiental, produtividade, acesso a trabalho, renda e serviços públicos na área rural, redução de preços de gêneros agropecuários comercializados no município e diminuição de movimentos de migração campo-cidade - Reflexos positivos no PIB e arrecadação de impostos e taxas municipais relativos ao incremento a comercialização de produtos da agropecuária, atividades de serviços de logística e beneficiamento associados e licenciamento ambiental - Redução de conflitos socioambientais e fundiários e incremento da regularidade ambiental

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 2	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 2
Saneamento Básico: Abastecimento de Água	- Segue o dilema do abastecimento de água com a precarização crescente da infraestrutura existente, com a manutenção dos altos índices de perdas de distribuição da água tratada	- Os déficits de abastecimento de água são agravados
Saneamento Básico: Esgotamento Sanitário	- Ampliação da infraestrutura existente de esgotamento sanitário, mas sem a finalização das obras paralisadas, nem retomada do funcionamento das ETEs dos conjuntos do PMCMV	- Os déficits de esgotamento sanitário são apenas parcialmente reduzidos
Saneamento Básico: Resíduos Sólidos	- Dificuldade para atendimento com os serviços de limpeza urbana e coleta de RSU no período de alta temporada - Manutenção do serviço de coleta de RSS apenas das unidades públicas	- Coleta de RCC apenas de pequenos geradores, mas com dificuldades de atendimento à ampliação de demanda - Coleta seletiva elaborada informalmente pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis
Saneamento Básico Drenagem	- Obras de microdrenagem pluvial em descompasso com a urbanização, sem planejamento adequado - A realização das obras de dragagem das calhas dos rios, dos canais lagunares e das barras seguem atendendo as demandas emergenciais	- Dragagem das calhas dos rios Taquaral e Bosque Fundo sem preservar a calha natural e vegetação ou, pior, em galerias cobertas - As obras emergenciais de dragagem das barras sem planejamento continuam surtindo efeitos imediatos e sem de fato contribuírem para a solução do problema em longo prazo - As áreas urbanas sujeitas a alagamentos continuam vulneráveis sem a adoção de medidas técnicas e obras adequadas
Gestão Costeira	- Tendência a não adotar, de fato, medidas mitigadoras e de amplo alcance para combater os efeitos destruidores das marés que afetam o litoral maricaense	- Obras pontuais de fixação da linha de costa tendem a promover a sua erosão sazonal e progressiva - A crescente ocorrência de ressacas mais fortes, força a interdição de trechos do litoral com maior frequência e exigem investimentos em

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 2	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 2
		obras de recomposição da urbanização
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Respostas tardias e na emergência das demandas, com qualidade e resultados limitados ou críticos - Desconhecimento da equipe técnica local sobre os princípios bioclimáticos e as premissas de conforto ambiental e de eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> - Admissão de novas ocupações informais, inclusive com pressão sobre áreas de amortecimento e UCs; - Carências de infraestrutura permanecem ou até se agravam; - Ausência de salvaguardas que podem ser adotadas nos processos de contratação de serviços para elaboração de projetos habitacionais, desqualificando o ambiente construído no território do Município.
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, mas desarticulação da gestão na sua implementação 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias pontuais no sistema viário existente - Intensificação do tráfego na Rodovia RJ-106, tanto para entrada e saída em Maricá como para circulação intraurbana, aumentando conflitos - Ampliação da demanda por transportes pela dispersão da urbanização - Sistema viário sem hierarquia, potencializando gargalos de capacidade e aumentando a imobilidade - Aumento constante dos custos com o sistema de transporte público pela perda de eficiência, colocando em risco a política de tarifa zero
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Os padrões urbanísticos das legislações correlatas ao PD não incorporam índices favoráveis à disponibilidade de infraestrutura de saneamento e recuperação dos recursos hídricos (lençol freático) - A gestão municipal não utiliza o potencial de conhecimento acumulado sobre o Município na temática ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - A aprovação de novos parcelamentos e projetos urbanos pressiona as áreas de amortecimento das UCs com ocupações inadequadas - Os novos loteamentos e condomínios criam barreiras ao escoamento natural das águas - Projetos e obras elaborados e realizados isoladamente impactam as

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 2	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 2
		APP e FMP, com reflexos nos recursos hídricos, com ocorrência de enchentes e assoreamento das lagoas
Mudanças Climáticas Linha de Base: tendência de maior severidade e frequência na ocorrência de eventos climáticos extremos	- O aumento da pressão pelo uso e ocupação do solo e sobre a precária infraestrutura urbana amplia o alcance dos desastres climáticos - Efeitos e perdas multiplicados pela ocupação de áreas impróprias durante ocorrência de eventos climáticos extremos	- Aumento de áreas vulneráveis em situação de risco - Implantação, ainda que parcial, de empreendimentos e atividades de potencial impacto sem a adoção de medidas prévias de mitigação
Energia	- Não há iniciativa de gestão da eficiência energética	- Desconhecimento do perfil de consumo do conjunto das unidades consumidoras do Município e do potencial de economia de energia elétrica, associada aos aumentos sucessivos do valor da tarifa representa desperdício e aumento dos custos com energia elétrica - Inexistência de gestão para a cobrança da qualidade e do atendimento do fornecimento pela distribuidora de energia elétrica desfavorece futuras melhorias na infraestrutura e de investimentos no Município
Uso e Ocupação do Solo	- Ausência de políticas urbanas que priorizem a sustentabilidade ambiental urbana - Continuidade de aplicação da legislação urbanística desatualizada frente às diretrizes do novo Plano Diretor - Ausência de diretrizes específicas para a ocupação do solo urbano, de	- Maior dispersão urbana - Produção imobiliária formal essencialmente voltada para condomínios fechados - Verticalização isolada em determinadas áreas - Desigualdades entre bairros

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 2	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 2
	<p>acordo com as características do clima local, agravando o desconforto térmico no meio urbano, mediante a implantação de projetos de médio e grande porte, que pressionam a aprovação de novos loteamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perpetuidade das ações desarticuladas entre setores afetam a qualidade da expansão urbana 	
Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> - As diretrizes previstas no Plano Diretor para o setor não são implementadas em sua totalidade - A permanência de uma legislação urbanística desatualizada incide negativamente sobre a preservação dos bens imóveis tombados e da paisagem cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Há perdas de exemplares do patrimônio histórico-cultural do Município - A resiliência do patrimônio construído e natural é ameaçada pela ausência do planejamento urbano sustentável
Meio Rural	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da capacidade do poder público em garantir regularidade fundiária e ambiental na área rural, bom como promover a geração de emprego e renda no campo - Desatualização do cadastro de produtores do Município, prejudicando a elaboração de políticas e ações orientadas à inclusão socioeconômica e produtiva - Baixa taxa de elaboração e validação do CAR reduzindo a capacidade de controle e monitoramento da regularidade ambiental e estruturação de bases de dados para gestão do território rural - Carência de planejamento econômico-produtivo e de inserção de mercado, resultando na redução da capacidade da fábrica de desidratados e abatedouro para atrair produtores/fornecedores de matérias-primas 	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço rural com pouquíssima relevância econômico-produtivo, baixa capacidade de absorção de mão de obra e geração de renda e precárias condições socioambientais - Intensificação da importação de gêneros alimentícios de outros municípios e regiões, reduzindo a segurança alimentar e aumentando o preço dos alimentos nos mercados e feiras no Município - Redução da capacidade de promoção da conservação ambiental, acarretando degradação de ecossistemas e corpos hídricos e intensificando riscos ambientais relacionados ao assoreamento do sistema lagunar, inundações e deslizamentos de massa em encostas - Reflexos negativos sobre o PIB da área rural e precariedade na arrecadação de impostos sobre comercialização da produção (inclusive pela baixa capacidade de monitoramento e controle acarretada pela fragilidade dos sistemas de cadastro e informação)

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 2	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 2
	<ul style="list-style-type: none">- Redução de incentivos e ações orientadas à assistência técnica e organização socioprodutiva,- Redução da capacidade municipal de controle e monitoramento do território rural e das condições ambientais, devido à baixa mobilização/investimentos na estruturação e integração de bases de dados	

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 3	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 3
Saneamento Básico: Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> -Atualização do Plano de Saneamento Básico - Ampliação da infraestrutura existente de abastecimento de água com a superação do déficit atual e atendimento do crescimento populacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Alcance da universalização do abastecimento de água - Proteção e recuperação ambiental das bacias de captação de água e redução dos índices de perdas
Saneamento Básico: Esgotamento Sanitário	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário com superação do déficit atual e atendimento do crescimento populacional - Finalização das obras paralisadas, sobretudo as dos emissários (terrestre e submarino), da rede coletora e da ETE primária da área central 	<ul style="list-style-type: none"> - Alcance da universalização do esgotamento sanitário
Saneamento Básico: Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> -Atualização do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Ampliação da oferta dos serviços de limpeza urbana aos distritos e bairros com regularidade na programação - Programação dos serviços de coleta de RSU para atendimento, com qualidade, à sazonalidade do Município - Ampliação do controle dos geradores privados de RSS, quanto à elaboração dos Planos de Gerenciamento, à realização da coleta e destinação final 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e implantação de um programa de coleta e destinação de RCC, com instalação de planta de tratamento - Elaboração e implantação de programa de coleta seletiva, com compartilhamento das responsabilidades entre setor produtivo e setor público, e participação de catadores e catadoras de materiais recicláveis
Saneamento Básico Drenagem	<ul style="list-style-type: none"> - Obras de microdrenagem pluvial acompanhando a urbanização planejada - Os novos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, logram assegurar áreas livres de impermeabilização no interior dos empreendimentos e lotes, juntamente com a expansão da arborização urbana e áreas verdes, contribuindo para a percolação natural das águas 	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem das calhas dos rios Taquaral preservando a calha natural e vegetação - Dragagens periódicas, com custo previsto, dos canais interiores das lagoas e das barras

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 3	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 3
	pluviais - São promovidas ações em prol da preservação das calhas naturais de drenagem em conjugação com soluções e obras para contenção dos alagamentos - São promovidos estudos da periodicidade da dragagem das calhas dos rios e dos canais lagunares para melhorar a circulação e drenagem, bem como da periodicidade da dragagem das barras para promover renovação das águas do Sistema Lagunar e facilitar a drenagem	
Gestão Costeira	- O planejamento e a execução das obras de contenção dos fenômenos naturais que atingem a costa são pautados em propostas técnicas adequadas, favorecidas pelas medidas previstas na legislação urbanística	- Entra em operação um sistema municipal de monitoramento da costa, no âmbito da cooperação técnica com centros de pesquisa - Adotam-se soluções adequadas para combate à erosão marinha
Habitação	- Antecipação de medidas às demandas habitacionais, com eficácia e inovação na oferta - Estruturação de programas habitacionais diversificados - Consideração de princípios de sustentabilidade nas políticas públicas de habitação no Município, com destaque para conservação da água e eficiência energética.	- Prevenção de ocupações e construções irregulares; - Implementação de programa de regularização fundiária plena; - Ampliação do programa de melhorias habitacionais com eliminação de situação de casas sem banheiro; - produção habitacional apoia combate aos vazios urbanos; - Requalificação urbanística, ambiental e social dos conjuntos MCMV; - A produção da HIS no Município adota princípios de sustentabilidade.
Mobilidade	- Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana; - Gestão integrada da implementação do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana	- Implementação do Plano de Mobilidade - Implantação de soluções para circulação intramunicipal - Estruturação de eixos viários principais para reduzir a concentração nas

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 3	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 3
	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação de diferentes setores da prefeitura na elaboração de projetos no espaço urbano - Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança 	rodovias RJ-106 e RJ-118 <ul style="list-style-type: none"> - Priorização da qualificação de calçadas e dos espaços públicos - Implantação de rede cicloviária - Expansão do sistema de transporte público, com a introdução de novos modos e serviços complementares.
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - A administração municipal assume integralmente a abordagem da sustentabilidade ambiental como marca da cidade e premissa para seus projetos e obras e aprovação de empreendimentos públicos e privados; - As orientações regionais e dos vários grupos ambientalistas e acadêmicos são consideradas como referência para o planejamento e a ação municipal - Os ODS 2030 são incorporados em suas múltiplas abordagens, especialmente, para o PD, os ODS nº 6, 7 11, 12 e 13 	<ul style="list-style-type: none"> - Os projetos de urbanização, drenagem, etc, assumem os conceitos de “renaturalização”, evitando intervenções inadequadas - Os parâmetros urbanísticos assumidos no PD e legislações correlatas convergem para a máxima qualificação ambiental urbana, com interface entre o meio urbano e rural - As UCs e suas áreas de amortecimento estão totalmente implementadas, fiscalizadas e controladas; - Recuperação de APPs e FMP; - Novas UCs municipais são criadas (Taboal de Itaocia e Lagoa de São Bento) e Reservas particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são incentivadas, consolidando corredores de preservação
Mudanças Climáticas Linha de Base: tendência de maior severidade e frequência na ocorrência de	<ul style="list-style-type: none"> - Adoção de visão estratégica integrada e sistêmica na concepção de políticas públicas sustentáveis que incluem ações de mitigação e adaptação em resposta às mudanças climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Maricá logra ser resiliente e sustentável na produção e consumo da Cidade, na adaptação aos eventos extremos, na mitigação das emissões de GEE, na redução do consumo de energia, afirmando a marca da sustentabilidade ambiental urbana

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 3	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 3
eventos climáticos extremos		
Energia	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de uma metodologia de gestão do consumo de energia elétrica e estabelecimento de uma política pública que promove a eficiência energética no Município e que reúne as diversas ações pontuais realizadas pelas Secretarias Municipais e Autarquias 	<ul style="list-style-type: none"> - Maricá é referência na aplicação de boas práticas em gestão energética, inclusive com o desenvolvimento de projetos de descarbonização, candidatando-se ao circuito de créditos de carbono
Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Diretor em processo de implantação apoiado em legislação urbanística complementar atualizada - Integração da política urbana com as demais instâncias de gestão setoriais - Fortalecimento das instâncias de planejamento, licenciamento, controle e fiscalização - Implantação do Sistema de Planejamento e Gestão favorecendo o monitoramento da implantação do Plano Diretor conforme as diretrizes nele dispostas - Desenvolvimento de estudos climáticos que permitem a avaliação das condições de conforto ambiental da Cidade e de áreas adensadas e/ou com previsão de adensamento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle da dispersão urbana - Melhor integração de condomínios fechados na malha urbana - Ocupação prioritária de terrenos vagos - Verticalização orientada e controlada - Arborização urbana e qualificação dos espaços públicos - Fortalecimento de centralidades dos Distritos - Ampliação e manutenção de áreas livres de impermeabilização no interior dos lotes (exigência que advém da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano) - Implementação do Plano de Arborização Urbana, para minimização da baixa cobertura florestal na área urbana e nos loteamentos consolidados - Obras públicas e privadas com adoção de parâmetros eficientes e sustentáveis

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 3	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 3
Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> - Os investimentos alocados ao setor aumentam, seja pela arrecadação crescente de impostos em decorrência do maior interesse de visitantes em conhecê-lo, seja em razão dos resultados advindos da associação com arranjos produtivos nele baseados - O acervo patrimonial se amplia e, agora dotado de infraestrutura e divulgação, usufrui do aumento de seu valor e atratividade para a população e os visitantes - A política de cultura, em associação com a do turismo, faz crescer o leque de ofertas para o estabelecimento de uma marca para o Município (<i>place branding</i>) identificada com a sustentabilidade, a conservação ambiental e a atribuição de valor ao patrimônio histórico que detém, firmando, através da qualificação, a sua Paisagem Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Maricá logra melhor se inserir no Polo Costa do Sol, a partir da sua diferenciação, lastreada no valor e diversidade de seu patrimônio histórico-cultural e paisagístico - O potencial do PHCP do Município ganha representatividade tanto como alavanca para o desenvolvimento socioeconômico municipal e de sua população, quanto para a atração de investidores internos e externos, atraídos pela sua significância e capacidade de multiplicação de oportunidades nos mais diferentes setores - As medidas dirigidas à resiliência do PHCP surtem efeitos benéficos para a sua permanência e manutenção
Meio Rural	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do SIG integrado à base de cadastro de produtores, CAR e dados cartoriais, com análise e monitoramento da regularidade ambiental e fundiária - Execução do CAR de produtores familiares, validação de todas os lotes rurais do Município, associado ao incentivo e orientação para adesão de produtores em situação irregular a Programa de Regularização Ambiental e à integração dos dados ao processo de licenciamento ambiental rural de empreendimentos de impacto local 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte incremento da qualidade ambiental, produtividade, acesso a trabalho, renda e serviços públicos na área rural, associada à segurança alimentar, expressiva redução de preços de gêneros agropecuários comercializados no Município e contenção de movimentos de migração campo-cidade - Intensificação de hortas comunitárias nas localidades rurais e de incentivo à agricultura periurbana para consumo próprio e comercialização local

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 3	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 3
	<ul style="list-style-type: none"> - Otimização da infraestrutura de mobilidade da população e de mercadorias e provimento de insumos a iniciativas de inclusão socioeconômica, assistência social, capacitação, assistência técnica, controle de poluição e assoreamento dos corpos hídricos com impactos positivos para o controle de inundações e degradação ambiental do sistema lagunar do Município - Planejamento e controle do uso do solo e recursos naturais integrado à gestão das UCs e suas Zonas de Amortecimento - Elaboração e aplicação de novas estratégias de incentivo ao cadastramento de produtores para feiras públicas e atividades similares, integradas às estratégias de assistência e desenvolvimento rural, crédito, regularização fundiária e ambiental, etc. - Incentivo a atividades de turismo ecológico e de aventura, com parâmetros ambientais e logísticos identificados por meio de diagnósticos adequados e monitoramento - Incentivo à diversificação produtiva e pluriatividade no campo, com foco na segurança alimentar, segurança hídrica e compatibilização dos sistemas produtivos com as demandas ambientais de UCs, Zonas de Amortecimento e recuperação de áreas degradadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte impacto positivo sobre o PIB municipal e arrecadação de impostos ao longo da cadeia produtiva de logística, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos agropecuários, devido ao fortalecimento do setor de turismo e serviços no campo e taxas relativas ao licenciamento ambiental rural - Intensa redução de conflitos socioambientais e fundiários caracterizado pela regularidade ambiental e desenvolvimento econômico rural inclusivo integrado ao mercado consumidor urbano local e regional/metropolitano, com modelos de produção ecologicamente compatíveis com os ecossistemas municipais - Fortalecimento da parceria com movimentos sociais rurais com foco na organização socioprodutiva, qualificação dos produtores e implantação de práticas econômicas e produtivas sustentáveis - Significativa redução da demanda por monitoramento e controle territorial e ambiental, dada a implantação de modelos produtivos economicamente mais resilientes, de baixo impacto ambiental e geradores de postos de trabalho diversificados (socialmente mais inclusivos)

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 4	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 4
Saneamento Básico: Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> - Os déficits de abastecimento de água terão uma redução significativa, mas sem alcance da universalização - Espera-se a degradação das bacias de captação de água e a manutenção dos altos índices de perdas 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da infraestrutura existente de abastecimento de água para atendimento do aumento expressivo da demanda, todavia sem a superação plena do déficit atual
Saneamento Básico: Esgotamento Sanitário	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário para superação do déficit e atendimento do aumento expressivo da demanda, todavia a dispersão dificultará a implantação das redes coletoras e ampliará a necessidade de estações elevatórias, aumentando os custos das obras de implantação 	<ul style="list-style-type: none"> - O déficit de esgotamento terá uma redução significativa, mas sem alcance da universalização - Ampliação das ligações clandestinas de esgoto sanitário na rede de águas pluviais com maior assoreamento dos canais de drenagem e agravamento da poluição dos corpos hídricos
Saneamento Básico: Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa capacidade operacional para coleta de RCC devido à alta demanda por construções desordenadas - Baixa capacidade gerencial e econômica para implantação da coleta seletiva - Desarticulação para exercer controle sobre coleta e destinação final dos RSS das unidades públicas e privadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade para manutenção dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos com regularidade e qualidade, devido a ocupação desordenada do território
Saneamento Básico: Drenagem	<ul style="list-style-type: none"> - Os investimentos em drenagem seguem sob demanda das pressões da urbanização descontrolada e das ocorrências emergenciais 	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem dos rios e dragagem das barras somente em situação de emergência, para correção e não prevenção - Acentua-se o risco de comprometimento da integridade do Sistema Lagunar de Maricá-Guarapina

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 4	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 4
		<ul style="list-style-type: none"> - Acentua-se a severidade dos alagamentos e inundações, pela ampliação da impermeabilização do solo, bem como dos movimentos de massa, em razão da modificação das calhas naturais de drenagem
Gestão Costeira	<ul style="list-style-type: none"> - As obras pontuais e emergenciais se perpetuam sem lograr solução efetiva para a contenção do avanço da erosão marinha e perda da faixa de areia da costa 	<ul style="list-style-type: none"> - A instalação do Porto de Jaconé resulta em processo de mudança gradativa do perfil da costa com consequências ambientais graves e sobre as atividades turísticas e pesqueiras de Maricá - As ressacas vão paulatinamente destruindo a frontal marítima, com perdas econômicas e prejuízos patrimoniais
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Não-respostas às demandas, com complexidade e escala acumulada, comprometendo a reação aos problemas - Inadequação dos projetos habitacionais ao clima local 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação significativa da informalidade no município com precariedade de infraestrutura e construtiva; - aumento da exposição da ocupação urbana a risco de desastres naturais; - Forte pressão sobre zonas de amortecimento e UCs pela expansão da ocupação urbana - Produção de conjuntos habitacionais sem conexão com malha urbana existente; - Padrão dos projetos habitacionais acentua a (in)sustentabilidade geral no município.
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão sobre o sistema viário existente pela implantação de novos polos geradores de tráfego 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorização de obras viárias para atendimento a demandas de novos empreendimentos

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 4	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 4
	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de projetos e planos estaduais ou metropolitanos sem o devido tratamento interno em Maricá - Inexistência de normas municipais específicas para Estudos de Impacto de Vizinhança - Desarticulação da gestão municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação do tráfego na Rodovia RJ-106, na RJ-114 e em vias internas inclusive pelos deslocamentos de cargas, com forte impacto sobre o espaço urbano - Ampliação da demanda por transportes pela dispersão da urbanização - Crescimento do tráfego de passagem interno ao Município - Inexistência de meios para exigir a mitigação dos impactos
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - A área ambiental não logra capacidade de fiscalização de ocupações formais e informais 	<ul style="list-style-type: none"> - Maricá apresenta o padrão de ocupação periférico da metrópole, com algumas áreas protegidas remanescentes e dispersas; - A pressão por novos empreendimentos, públicos e privados avança sobre áreas de amortecimento e até sobre UCs; - Os projetos e obras municipais correm “atrás do prejuízo”, sem planejamento ambiental adequado e contribuindo para a ocupação desordenada do solo, com destruição de APPs e FMP - Lagoas e canais assoreados
Mudanças Climáticas Linha de Base: tendência de maior severidade e frequência na ocorrência de eventos climáticos extremos	<ul style="list-style-type: none"> - O Município padece da ausência atividade de planejamento ou promoção de ações efetivas de mitigação e adaptação do território em prol de sua resiliência 	<ul style="list-style-type: none"> - Incremento da ocorrência de alagamentos, inundações e escorregamentos de massa - Assoreamento, transbordamento e morte das lagoas - Avanço de 50 cm/ano da linha da costa em direção ao continente; - Progressão acelerada da erosão costeira pela supressão da vegetação de restinga em toda a orla

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 4	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 4
		<ul style="list-style-type: none"> - Ameaça à integridade de empreendimentos de grande porte situados na orla - Invasão violenta do mar sobre a faixa litorânea ocupada quando da ocorrência de ressacas severas, com destruição do patrimônio edificado e público, desalojamento da população residente e danos econômicos - Perda do patrimônio geológico das <i>beach rocks</i> e transformação do perfil das praias de Maricá
Energia	- Descompromisso com a sustentabilidade ambiental e energética, associada à implantação completa dos projetos estruturantes.	- Agravamento da qualidade e do fornecimento de energia elétrica, pela distribuidora de energia elétrica local, para a população e até mesmo para o funcionamento adequado das unidades consumidoras do Município.
Uso e Ocupação do Solo	- Descompromisso com a sustentabilidade ambiental urbana, associada à implantação completa dos projetos estruturantes, com capacidade de promover alterações significativas no território, modificando as condições climáticas dos ambientes urbanos, com impactos negativos para a qualidade de vida da população e ao meio ambiente, e agravando a ineficiência energética dos serviços urbanos e edificações públicas e privadas	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão urbana horizontal e dispersa - Verticalização intensificada nas principais centralidades - Concentração de comércios e serviços - Maiores desigualdades entre bairros - Aumento da segregação urbana

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 4	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 4
Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de controle urbanístico juntamente com a ausência de uma visão estratégica sobre o potencial para o desenvolvimento econômico e social do PHCP contribui para a perda de significado e integridade 	<ul style="list-style-type: none"> - A deterioração do ambiente urbano que o cerca e o adensamento vertical das áreas de entorno acarreta a perda da significância do patrimônio histórico-cultural na paisagem da Cidade - O descuido com a sua conservação desqualificam as áreas públicas e desestimulam o apreço da população por estas e pela sua história - O patrimônio histórico-geológico das <i>beach rocks</i> é em grande parte destruído pela implantação do Porto de Jaconé - A valorização das áreas de entorno à comunidade pesqueira do Zacarias e o fenômeno da gentrificação acarreta a perda do patrimônio imaterial que representa - O conjunto de exemplares de interesse da preservação patrimonial vai desaparecendo, na medida da deterioração ambiental e da ocorrência de desastres climáticos - Valorização do patrimônio geológico das <i>beach rocks</i>
Meio Rural	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo investimento na elaboração e validação do CAR e na construção de bases de dados para gestão territorial e ambiental, - Ausência de políticas de assistência social e técnica e de capacitação para organização socioprodutiva de produtores familiares do Município, - Implementação precária de sistemas de informações, prejudicando a capacidade do Poder Público de induzir e monitorar a regularidade fundiária e ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro de diversificação produtiva excludente, acarretando impactos sociais e econômicos adversos ao produtor familiar e aumento da demanda por políticas orientadas a mitigar tais efeitos gerando, conseqüentemente, precarização de condições socioeconômicas na área rural e periferias urbanas com incremento das despesas públicas

REBATIMENTOS TERRITORIAIS DOS CENÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS	CENÁRIO 4	
	Estágio da Gestão e/ou Pressões	Situação no Cenário 4
		<ul style="list-style-type: none">- Tendência a redução de atividades relacionadas à produção da lavoura e turismo ecológico, em prol da expansão da pecuária e/ou turismo exclusivamente rural em propriedades privadas de maior porte- Dinamização econômica calcada na concentração de renda, terras e outros meios de produção,- Intensificação do uso de defensivos químicos e agrotóxicos, com impacto negativo de aumento da poluição do solo, água, atmosfera e saúde da população- Risco de “gourmetização” da produção, acarretando a redução da produção de gêneros alimentícios que compõem a “dieta básica”, ou elevando seus preços devido à demanda por importação de outros municípios/regiões, reduzindo a segurança alimentar da população de baixa renda do Município.

***A missão do IBAM é promover – com base na ética,
transparência e independência partidária – o desenvolvimento
institucional do Município como esfera autônoma de Governo,
fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços
e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade
democrática e a valorização da cidadania.***



Rua Buenos Aires, nº 19 – 20070-021 – Centro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax: (21) 2142-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br